



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR**

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

RESOLUÇÃO-CS Nº 44, DE 07 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a Reformulação do Plano Pedagógico do Curso Superior de Bacharelado em Engenharia Civil, a ser ofertada pelo Campus Cajazeiras.

O CONSELHO SUPERIOR (CS) DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB), no uso de suas atribuições legais no uso de suas atribuições legais com base no § 3º do art. 10 e no *caput* do mesmo artigo da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, no inciso VII e XVI do Art. 17 do Estatuto do IFPB, aprovado pela Resolução CS nº 246, de 18 de dezembro de 2015, a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta no Processo Nº 23324.001458.2017-85, e de acordo com as decisões tomadas na Trigésima Oitava Reunião Ordinária, realizada em 07 de agosto de 2019, **RESOLVE**:

Art. 1º - Autorizar a Reformulação do Curso Superior de Bacharelado em Engenharia Civil, a ser ofertado pelo Campus Cajazeiras, estabelecido na Rua José Antônio da Silva, 300, Jardim Oásis, município de Cajazeiras/PB, com a seguinte estrutura e matriz curricular:

Denominação do Curso: Curso Técnico em Meio Ambiente

Modalidade: Presencial

Local de oferta: IFPB - Campus Cajazeiras

Número de vagas: 80 (quarenta) vagas

Turno: Matutino e Vespertino (Integral)

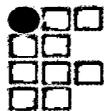
Regime de matrícula: Semestral por disciplina

Integralização: mínimo de 10 semestres e máximo de 18 semestres

Carga Horária: 3851 horas

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor a partir desta data e deve ser publicada no Boletim de Serviço e no Portal do IFPB.

CICERO NICÁCIO DO NASCIMENTO LOPES
Presidente do Conselho Superior



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PARAÍBA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

PLANO PEDAGÓGICO DE CURSO

NOME DO CURSO

ENGENHARIA CIVIL

TIPO:

BACHARELADO

LICENCIATURA

TECNOLOGIA

SITUAÇÃO:

AUTORIZADO

RECONHECIDO

LOCAL

CAJAZEIRAS

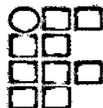
DATA

JUN-2017

VERSÃO

02/2017

CAJAZEIRAS-PB-BRASIL



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PARAÍBA



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL
CAMPUS CAJAZEIRAS

PLANO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL

Plano Pedagógico revisado com objetivo de reconhecimento do Curso de Graduação em Engenharia Civil, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de engenharia (Resolução CNE/CES 11, de 11 de março de 2002).

Cajazeiras-PB, junho de 2017.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PARAÍBA



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

REITOR

Cícero Nicácio do Nascimento Lopes

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Mary Roberta Meira Marinho

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Francilda Araújo Inácio

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA

Vânia Maria de Medeiros

PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Manoel Pereira de Macedo Neto

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Marcos Vicente dos Santos

DIRETOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Geísio Lima Vieira

DIRETORA GERAL DO *CAMPUS* CAJAZEIRAS

Lucrécia Teresa Gonçalves Petrucci

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Gastão Coelho de Aquino Filho

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Hugo Eduardo Assis dos Santos

UNIDADE ACADÊMICA DA ÁREA DE INDÚSTRIA

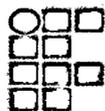
Kalina Pereira Medeiros

COORDENAÇÃO DO CURSO SUPERIOR EM ENGENHARIA CIVIL

Bruno de Medeiros Souza

COORDENADORA PEDAGÓGICA

Vanda Lúcia Batista dos Santos Souza



COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO

Professor Breno José Santos da Silva

Professor George da Cruz Silva

Professora Marcela Fernandes Sarmento

Pedagogo Gilvandro Vieira da Silva

CONSULTORIA PEDAGÓGICA E REVISÃO FINAL

Rivânia Sousa Silva

DAPE/PRE

COMISSÃO TÉCNICA DE REVISÃO (Versão 02/2017)

Professor Antônio Wagner de Lima

Professor Bruno de Medeiros Souza

Professor Cícero de Souza Nogueira Neto

Professor Gastão Coelho de Aquino Filho

Professor George da Cruz Silva

Professora Katharine Taveira de Brito Medeiros

Auxiliar em Assuntos Educacionais Maria Rivânia Carlos de Moraes

Professora Nádia Pinheiro Nóbrega

Professor Robson Arruda dos Santos

Professor Sebastião Simão da Silva

Professora Tássia dos Anjos Tenório

Pedagoga Vanda Lúcia Batista dos Santos Souza



Número

do

23000.[][][][][][]/200[]-[][]

Processo:

Para uso exclusivo do MEC

PLANO PEDAGÓGICO DE CURSO

NOME DA MANTENEDORA	Ministério da Educação e Cultura - MEC
NOME DA MANTIDA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB

Solicita

Autorização para funcionamento do: Curso de Bacharelado em Engenharia Civil

Reconhecimento:

NOME DO CURSO	ENGENHARIA CIVIL
---------------	------------------

EIXO TECNOLÓGICO	INFRAESTRUTURA
------------------	----------------

Cidade	UF
CAJAZEIRAS	PB

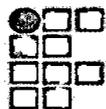
Data	Versão
08/06/017	02

Aprovado pelo Conselho Superior do IFPB em	
Aprovado pelo MEC em	



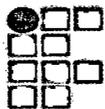
SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
1. CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO	9
1.1. Dados da Mantenedora e mantida	9
1.2. Missão Institucional	9
1.3. Histórico da Instituição	9
1.4. Políticas Institucionais	13
1.5. Cenário Socioeconômico da Região	14
2. CONTEXTO DO CURSO.....	18
2.1. Dados do Curso.....	18
2.2. Justificativa de Demanda do Curso.....	18
2.3. Objetivos	21
2.3.1. Objetivo Geral.....	21
2.3.2. Objetivos Específicos	21
2.4. Contexto Educacional.....	22
2.5. Requisitos e Formas de Acesso	23
2.6. Perfil profissional do Egresso e Área de Atuação	24
2.6.1. Atribuições no Mundo do Trabalho	25
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	26
3.1. Organização Curricular	26
3.2. Critério de Aproveitamento de Conhecimentos e Experiências Anteriores	27
3.3. Matriz Curricular	28
3.3.1. Coerência do PPC com as Diretrizes Curriculares	33
3.3.2. Coerência dos Conteúdos Curriculares com os Objetivos do Curso	34
3.3.3. Coerência dos Conteúdos Curriculares com o Perfil do Egresso	34
3.3.4. Demonstrativo do Cumprimento das Diretrizes Curriculares	34
3.4. Metodologia	38
3.4.1. Políticas Pedagógicas Institucionais	41
3.4.2. Visitas Técnicas	43
3.4.3. Atendimento às Legislações para Educação das Relações Étnico-raciais, Indígenas, Ambientais, Culturais e Educação em Direitos Humanos	43
3.4.4. Ações para evitar a retenção e a evasão	46
3.4.5. Acessibilidade atitudinal e pedagógica	47
3.4.6. Estratégias Pedagógicas	49
3.4.7. Estratégias de Apoio ao Ensino-Aprendizagem	54
3.5. Colegiado do Curso	56
3.6. Núcleo Docente Estruturante	57
3.7. Coordenação do Curso.....	58
3.7.1. Dados do Coordenador de Curso	59
3.8. Prática Profissional	59
3.9. Estágio Curricular Supervisionado	61
3.9.1. Acompanhamento do Estágio	62
3.10. Trabalho de Conclusão de Curso	65
3.10.1. Acompanhamento do Trabalho de Conclusão de Curso	67



3.11	Atividades Complementares	71
3.11.1	Acompanhamento das Atividades Complementares	72
3.12	Sistema de avaliação do processo Ensino Aprendizagem	74
3.13	Tecnologias de Informação e Comunicação	76
4.	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	79
4.1.	Espaço Físico Existente.....	79
4.2.	Biblioteca.....	81
4.2.1.	Serviço de Acesso ao Acervo	83
4.2.2.	Apoio na Elaboração de Trabalhos Acadêmicos.....	83
4.2.3.	Filiação Institucional à Entidade de Natureza Científica.....	83
4.3.	Instalações de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Especiais	83
4.4.	Laboratórios.....	84
4.4.1.	Laboratórios Didáticos Especializados.....	85
4.4.2.	Descrição dos laboratórios especializados	87
5.	PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO	91
5.1.	Pessoal Docente	91
5.2.	Pessoal Técnico	94
5.3.	Política de Capacitação de Servidores	97
6.	AVALIAÇÃO DO CURSO	100
6.1.	Comissão Própria da Avaliação – CPA.....	100
6.2.	Formas de Avaliação do Curso.....	101
7.	CERTIFICAÇÃO.....	103
8.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104

ANEXO - PLANOS DE DISCIPLINAS

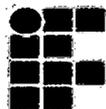


APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta a segunda versão do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Superior de Bacharelado em Engenharia Civil, oferecido no *Campus* Cajazeiras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. A necessidade da revisão da primeira versão se verificou por parte de docentes e discentes do curso, tendo em vista principalmente o atendimento pleno ao perfil do egresso. As discussões para elaboração desta versão se encontram registradas nas atas das diversas reuniões do Colegiado, do Núcleo Docente Estruturante e da Comissão de Reestruturação do PPC.

A equipe envolvida na elaboração desta versão foi composta pela Coordenação do Curso Superior de Bacharelado em Engenharia Civil, com a participação de seu corpo docente e discente, de unidades acadêmico-administrativas do IFPB-*Campus* Cajazeiras, como a Diretoria de Desenvolvimento do Ensino, e a Coordenação Pedagógica, dentre outras, sob orientação da Diretoria de Ensino Superior do IFPB.

Como referências para execução desta versão do PPC foram consultados um elenco de dispositivos legais, como leis, decretos, resoluções, pareceres, notas técnicas e catálogos, de âmbito federal, além do Plano de Desenvolvimento Institucional (2015-2019) e Resoluções do Conselho Superior do IFPB, e o anterior Projeto Pedagógico do Curso (versão 01/2013).



1. CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO

1.1. Dados da Mantenedora e mantida

Dados da instituição mantenedora.

Nome:	<i>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba</i>						
End.:	<i>Avenida Doutor João da Mata (Prédio Coriolano de Medeiros)</i>			n.:	<i>256</i>		
Bairro:	<i>Jaguaripe</i>	Cidade:	<i>João Pessoa</i>	CEP:	<i>58015-020</i>	UF:	<i>PB</i>
Fone:	<i>(83) 3612-9701</i>		Fax:	<i>(83) 3612-9701</i>			
E-mail:	<i>reitoria.ifpb@ifpb.edu.br</i>						
Site:	<i>http://www.ifpb.edu.br/</i>						

Dados da instituição mantida.

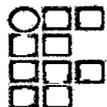
Nome:	<i>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba-Campus Cajazeiras</i>						
End.:	<i>Rua José Antônio da Silva</i>			n.º:	<i>300</i>		
Bairro:	<i>Jardim Oásis</i>	Cidade:	<i>Cajazeiras</i>	CEP:	<i>58900-000</i>	UF:	<i>PB</i>
Fone:	<i>(83) 3532-4100</i>		Fax:				
E-mail:	<i>campus_cajazeiras@ifpb.edu.br</i>						
Site:	<i>http://www.ifpb.edu.br/</i>						

1.2. Missão Institucional

Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

1.3. Histórico da Instituição

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB ao longo de seus mais de cem anos recebeu diferentes denominações: Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba – de 1909 a 1937; Liceu Industrial de João Pessoa – de 1937 a 1961; Escola Industrial “Coriolano de Medeiros” ou Escola Industrial Federal da Paraíba – de 1961 a 1967; Escola Técnica Federal da Paraíba – de 1967



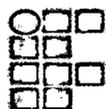
a 1999; Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba – de 1999 a 2008, e, finalmente, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia com a edição da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

No início de sua história foi criado como uma solução reparadora da conjuntura socioeconômica que marcava o país, para conter conflitos sociais e qualificar mão-de-obra barata, suprimindo o processo de industrialização incipiente que, experimentando uma fase de implantação, viria a se intensificar a partir de 1930. Oferecia os cursos de Alfaiataria, Marcenaria, Serralheria, Encadernação e Sapataria.

No início dos anos 60, instalou-se no atual prédio localizado na Avenida Primeiro de Maio, bairro de Jaguaribe, e, no ano de 1995, interiorizou suas atividades, com a instalação da Unidade de Ensino Descentralizada de Cajazeiras – UNED-CJ.

A Escola Técnica Federal da Paraíba foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba no ano de 1999 e, passou a ter a condição de instituição de ensino superior e oferecer a partir daí, diversos cursos superiores, sejam de tecnologia, licenciatura ou bacharelado. Com a Reforma do Ensino Técnico, instituída pela Portaria MEC Nº 646/97 de 14 de maio de 1997 e com a implantação do Decreto 2.208/97, o já CEFET-PB-UNED-CAJAZEIRAS passou a partir do ano de 1999, a oferecer o Ensino Médio (antigo 2º grau), Cursos Pós-Médio de Agrimensura e Eletromecânica. Em 2001, de acordo com o Decreto 2.208/97, foram criados os chamados Cursos Modulares (Ensino por Competência).

No primeiro período letivo de 2005 foi criado no CEFET-PB-UNED-Cajazeiras o primeiro curso superior de tecnologia do sertão, no caso o Curso Superior de Tecnologia em Automação Industrial, aproveitando a experiência que a instituição tinha com o curso de Eletromecânica e a capacidade instalada de laboratórios já existentes e em funcionamento. No semestre letivo 2006.1 foram extintos o Curso Técnico Subsequente de Informática e o Ensino Médio propedêutico. Nesse mesmo período foram mantidos os Cursos Técnicos Subsequentes de Edificações e Eletromecânica, criaram-se os Cursos Técnicos Integrados em Edificações,



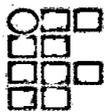
Eletromecânica, Informática, o Curso Técnico de Desenho na modalidade EJA e o Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

A partir de sua transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba – CEFET PB, a Instituição começou o processo de diversificação de suas atividades, oferecendo à sociedade todos os níveis de educação, desde a educação básica, incluindo ensino médio, ensino técnico integrado e pós-médio, à educação superior (cursos de tecnologia, licenciatura e bacharelado), intensificando também as atividades de pesquisa e extensão.

Com o advento da Lei 11.892/2008, o IFPB se consolida como uma instituição de referência da Educação Profissional na Paraíba. Além dos cursos usualmente chamados de “regulares”, desenvolve um amplo trabalho de oferta de cursos de formação inicial e continuada e cursos de extensão, atendendo a uma expressiva parcela da população, a quem são destinados também cursos técnicos básicos, programas (Proeja, Projovem, Mulheres Mil e Pronatec, etc.) e treinamentos de qualificação, profissionalização e reprofissionalização, para melhoria das habilidades de competência técnica no exercício da profissão. O IFPB oportuniza, ainda, estudos de Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu.

Com os planos de expansão da educação profissional ocorridos nos últimos anos, o IFPB conta atualmente com *Campus* nos municípios de João Pessoa, Cabedelo, Guarabira, Campina Grande, Picuí, Monteiro, Princesa Isabel, Patos, Cajazeiras e Sousa, além de *Campus* avançado nos municípios de Cabedelo, Areia, Catolé do Rocha, Esperança, Itabaiana, Itaporanga, Mangabeira, Pedras de Fogo, Santa Luzia, Santa Rita e Soledade. A Figura 1 apresenta a configuração espacial da distribuição das unidades educacionais do IFPB.

O IFPB atua nas áreas profissionais das Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Linguística, Letras e Artes. São ofertados cursos nos eixos tecnológicos de Recursos Naturais, Produção Cultural e Design, Gestão e Negócios, Infraestrutura, Produção Alimentícia, Controle e Processos Industriais, Produção Industrial, Hospitalidade e Lazer, Informação e Comunicação, Ambiente, Saúde e Segurança.



1.4. Políticas Institucionais

O Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Civil do IFPB-*Campus-Cajazeiras* está em plena sintonia com as políticas contidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPB. No corpo do PDI, o IFPB prevê no item relativo aos objetivos institucionais, o investimento em políticas que visem à instauração de cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento. Para isso, adota como referencial o Parecer CES nº 1.362/2001 de 12 de dezembro de 2001 e a Resolução CNE/CES nº 11, de 11 de março de 2002 que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Engenharia.

As práticas acadêmicas definidas pela instituição no PDI estão refletidas no perfil de conclusão do aluno e nos objetivos do curso de engenharia civil onde fica evidente que aquilo que se busca é uma prática sócio-política realizada no âmbito das relações sócio-histórico-culturais promovedora da formação de pessoas tecnicamente competentes, mais humanizadas, éticas, críticas e comprometidas com a qualidade de vida dos cidadãos.

Desta forma, do ponto de vista conceitual e prático, o curso de Engenharia Civil do IFPB-*Campus-Cajazeiras* tem suas raízes assentadas nas políticas institucionais do IFPB, e segue suas orientações em relação à política de ensino adotada pelo instituto:

- Adoção de uma política de formação continuada para os profissionais da Instituição;
- Instituição de políticas de parceria, cooperação técnica científica e intercâmbio com instituições de ensino superior nacional e internacional, em programas de pesquisa e pós-graduação, ampliando iniciativas e convênios desencadeados nesse âmbito;
- Manutenção da sintonia do Projeto Pedagógico Institucional-PPI, com as diretrizes curriculares e com a realidade social de forma a atender às



exigências regionais, mediante uma política articulada com o mundo do trabalho e com as demandas da sociedade;

- Estimular a comunidade docente para a criação de grupos de pesquisa na Instituição, em articulação com a pesquisa e a extensão;
- Aperfeiçoar as estratégias de acompanhamento do egresso como elemento importante à avaliação institucional;
- Ampliar e diversificar a oferta de cursos e vagas da Instituição;
- Construir, reestruturar e cuidar da manutenção de laboratórios e ambientes de ensino;
- Desenvolver políticas de estágio e de atividades complementares articuladas com a pesquisa e a extensão.

Para além do ensino, o PDI e o Plano Pedagógico do Curso de Engenharia Civil estão em conformidade quando propõem a participação de professores, alunos e técnicos-administrativos em atividades de pesquisa e extensão oferecendo uma relativa estrutura física de trabalho que favorece os pesquisadores como o acesso ao Portal de Periódicos da Capes, a infraestrutura específica de laboratórios e o programa interno de bolsas para docentes e discentes pesquisadores. Outras atividades estão também previstas para que os alunos possam ampliar sua participação no curso e na sociedade, como por exemplo, a participação em visitas técnicas a empresas públicas e privadas principalmente da área de construção civil, desenvolvimento de atividades complementares com o objetivo de ampliação da formação profissional, monitoria como exercício da docência, trabalho de conclusão de curso e estágio profissional e a participação em congressos, eventos culturais, dentre outros.

1.5. Cenário Socioeconômico da Região

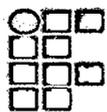
Situado no extremo leste da região Nordeste do país, o Estado da Paraíba ocupa área de 56.468,437 km² (estimativa IBGE 2017) com uma população de 4.025.558 habitantes (estimativa IBGE 2017), distribuídos entre 223 municípios. A política de desenvolvimento do Estado Paraíba, definida em seu Plano de



Desenvolvimento Sustentável para o período de 1996 – 2010 está fundamentada na implantação de programas e projetos que visam: à elevação da qualidade de vida, geração significativa de oportunidades de ocupação, ampliação da base econômica do Estado, consolidação da base científico-tecnológica, promoção da recuperação e conservação dos recursos naturais e do meio ambiente com prioridade para os recursos hídricos e de cobertura vegetal.

Nos últimos anos, o Estado vem realizando esforços para melhoria de sua estrutura tecnológica no que se refere à instalação de sua infraestrutura de ciência e tecnologia e, sobretudo, em relação à formação de mão-de-obra qualificada para atender mercados de trabalho em setores emergentes, através da expansão do atendimento a grupos sociais vulneráveis, ou àqueles com restrições de acesso a sistemas e alternativas usuais de educação profissional, sendo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba-IFPB parceiro desse esforço, estendendo seus serviços a Areia, Cabedelo, Cabedelo Centro, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Esperança, Guarabira, Itabaiana, Itaporanga, João Pessoa, Mangabeira, Monteiro, Patos, Pedras de Fogo, Picuí, Princesa Isabel, Santa Luzia, Santa Rita, Soledade, Sousa. Nesse contexto destacamos o IFPB-*Campus-Cajazeiras* que desde 1995, vem ofertando à comunidade cursos técnicos (integrados, PROEJA e subsequente), tecnológicos, bacharelado, licenciatura. A partir de 2013 com a oferta do curso de Engenharia Civil possibilitou-se a abertura para oportunidades do desenvolvimento socioeconômico do município de Cajazeiras e das cidades circunvizinhas.

O município de Cajazeiras está localizado na Mesorregião do Sertão Paraibano e na Microrregião do Sertão das Cajazeiras, com uma área de 565,9 km², distando cerca de 490 km da capital, João Pessoa. A população do município é composta de 62.187 habitantes (estimativa IBGE 2017). De acordo com o Censo Demográfico 2010, o município possui uma das maiores proporções de pessoas entre 20 e 49 anos de idade (45,4%) e uma explicação possível para esse fato é que o município pode estar atraindo a migração de população jovem e adulta de municípios vizinhos por ser considerado historicamente um polo educacional devido à atuação de instituições de ensino públicas e privadas como a Universidade

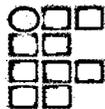


Federal de Campina Grande-UFCG, o Instituto Federal da Paraíba-IFPB-Campus-Cajazeiras, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras–FAFIC, Faculdade São Francisco da Paraíba–FASP e a Faculdade Santa Maria–FSM, que juntos ofertam diversos tipos de cursos superiores em diversas áreas como por exemplo, Automação Industrial, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Ciência da Computação, Enfermagem, Educação Física, Fisioterapia, Licenciatura em Informática (EAD), Medicina, Licenciatura em Matemática, Psicologia, Direito, Filosofia, Serviço Social dentre outros.

Ainda no tocante ao aspecto educacional, o município possui uma boa estrutura, sendo conhecida como “a cidade que ensinou a Paraíba a ler”. A população alfabetizada do município é de 75,13%, sendo o sistema Municipal de Ensino composto de 59 (cinquenta e nove) instituições escolares, oferecendo educação infantil e ensino fundamental.

Assim, Cajazeiras tem destaque de polo educacional e comercial já que recebe cotidianamente pessoas de diversos municípios vizinhos que vêm à cidade em busca de comprar algum produto ou acessar uma variedade de serviços oferecidos por entidades privadas, do governo municipal, estadual e federal. O município de Cajazeiras integra a região do Alto-Piranhas, juntamente com outros quinze pequenos municípios. O principal empregador, em Cajazeiras, é o setor comercial com 30% do total de empregos formais, seguido da administração pública que absorve 24% dos empregos e o setor da indústria de transformação que emprega 11%. O setor de comércio e serviços contribui para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) municipal com 68,9%, vindo, em segundo lugar, a indústria com 16,9% (IBGE).

Ultimamente o município tem se destacado em todas as áreas, em especial na construção civil. Segundo o CREA-Cajazeiras (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), entre os anos de 2007 a 2016 houve um crescimento de mais de 100% no número de ART's – Anotações de Responsabilidade Técnica – registradas nesta Inspeção. De acordo com o IBGE, Cajazeiras cresceu mais de 45% na última década em relação ao número de casas e apartamentos construídos. O crescimento



no número de construções é justificado pelo desenvolvimento na educação, comércio e prestação de serviços.

Assim, o curso de Engenharia Civil do IFPB-*Campus*-Cajazeiras vem justificando sua oferta, pois, se encaixa perfeitamente nas características socioeconômicas da região em que estará inserido, e nas demandas emergentes do crescimento na área de construção civil.



2. CONTEXTO DO CURSO

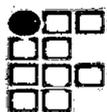
2.1. Dados do Curso

Denominação do Curso:	Bacharelado em Engenharia Civil				
Modalidade:	Presencial				
Endereço de Oferta:	Rua José Antônio da Silva, 300, Bairro Jardim Oásis, Cajazeiras-PB, CEP: 58900-000				
SITUAÇÃO LEGAL DO CURSO					
	Autorização:			Reconhecimento:	
Documento	Resolução				
N. Documento	158				
Data Documento	24 de setembro de 2013				
Data da Publicação					
N. Parecer/Despacho					
Conceito MEC					
Turno de Funcionamento:	Integral	Matutino	Vespertino	Noturno	Totais
Vagas Anuais:	80				80
Turmas Teóricas	2				2
Regime de Matrícula:	Semestral por Disciplina				
Carga horária mínima de integralização:	3.861 horas				
Integralização:	Mínimo			Máximo	
	10 semestres			18 semestres	

2.2. Justificativa de Demanda do Curso

Atualmente as transformações do conhecimento em tecnologia ocorrem de forma intensa, desta forma, transformar o conhecimento em novos processos e produtos torna-se de grande importância. Este fato não é diferente no setor da construção civil. A participação do engenheiro civil é fundamental para proporcionar melhores condições de vida a sociedade por meio do desenvolvimento de novas tecnologias construtivas e racionalização de matéria prima.

Sabemos que a engenharia é reconhecida como base de desenvolvimento tecnológico sustentável e dinâmico em qualquer país. Entretanto, segundo dados da Associação Brasileira de Ensino de Engenharia (ABENGE,2001) in: Bressan &Módolo, 2011, a população de engenheiros no país é pequena quando comparada



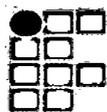
a de países de primeiro mundo. São apenas 5 engenheiros para mil trabalhadores da população economicamente ativa, enquanto nos países de primeiro mundo, este número oscila entre 15 e 25. Essa tímida inserção da engenharia na sociedade é claramente insuficiente para sustentar o processo de desenvolvimento e tornar a economia brasileira mais competitiva.

A seção de Estágio e Trainee no sítio da IG (2010) cita dados do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) e do Conselho Nacional da Indústria, resumido na Tabela 1, indicando que:

“A procura por engenheiros aumentou tanto nos últimos anos que já começa a faltar profissionais no mercado, a ponto de alguns setores até importarem essa mão de obra muito especializada. As maiores demandas estão na construção civil e na indústria petrolífera. Professores e profissionais da área confirmam que essa falta de engenheiros é resultado do número reduzido de alunos que se formam nessa carreira por ano. Segundo dados Conselho Federal de Engenharia Arquitetura e Agronomia (CONFEA) existem 712,4 mil engenheiros no país. De acordo com estudo do Conselho Nacional da Indústria (CNI), para dar conta da demanda por esses profissionais, seria necessário formar 60 mil engenheiros por ano no Brasil. Mas o que acontece no Brasil é que apenas 32 mil obtêm este diploma a cada ano.”

Tabela 1 - Quantidade de Engenheiros Formados por Ano. (Fonte: estagio.ig, 2010).

País	Formados
China	400 mil
Índia	250 mil
Rússia	400 mil
Coréia do Sul	80 mil
Brasil	32 mil



O setor imobiliário brasileiro nos últimos anos segue influenciando a grande procura por engenheiros civis.

Na Paraíba, a realidade não é diferente, há poucos cursos e o mercado aquecido, necessita de mais profissionais capacitados, especialmente no sertão do estado, distante de outras instituições que oferecem o curso de Engenharia Civil. Dentre as cidades do sertão paraibano, Cajazeiras-PB destaca-se por importantes tradições culturais e por conter importantes instituições educacionais (IFPB, UFCG, Faculdade Santa Maria, Faculdade São Francisco e FAFIC). Deste modo, vista como um importante centro educacional da região, a cidade atrai grande número de pessoas e isso impulsiona o crescimento e desenvolvimento do comércio e do setor imobiliário.

Percebe-se que o espaço urbano da cidade de Cajazeiras está se modificando rapidamente para atender às necessidades da população. De acordo com a pesquisa realizada pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-PB), em 2011, o crescimento imobiliário na cidade de Cajazeiras, em onze anos, foi de mais de 240%, enquanto as demais cidades da microrregião atingiram um crescimento aproximadamente de 140% no mesmo intervalo de tempo, conforme a Tabela 2.

Tabela 2 – Crescimento Imobiliário na Região abrangida pela Jurisdição do CREA-PB em Cajazeiras. (Fonte: CREA PB – Inspetoria de Cajazeiras, 2011)

ANO	CAJAZEIRAS	DEMAIS CIDADES DA JURISDIÇÃO	TOTAL
2000	311	316	627
2001	319	405	724
2002	326	463	789
2003	291	405	656
2004	361	409	770
2005	460	413	873
2006	492	409	926
2007	361	400	1131
2008	782	316	1294
2009	806	637	1443
2010	1063	766	1829



Esse crescimento imobiliário incidiu e incide diretamente na atividade produtiva da região. Esses números confirmam a grande demanda de construções na região, além de corroborarem com a necessidade de implantação do curso em Engenharia Civil.

Neste sentido, a carência de engenheiros no país, o superaquecimento do mercado imobiliário, a grande valorização desse profissional e a grande expansão da construção civil em Cajazeiras aliam-se para reforçar a importância e necessidade da oferta do curso de Engenharia Civil. Assim, considerando todos esses aspectos, entende-se que o curso de Engenharia Civil em Cajazeiras trará grandes contribuições para o desenvolvimento do Estado da Paraíba e em particular para Cajazeiras e cidades que se encontram em sua microrregião.

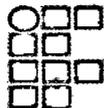
2.3. Objetivos

2.3.1. Objetivo Geral

Formar profissionais cidadãos para atuar em diferentes áreas, habilitando-os a desenvolver e executar projetos da engenharia civil, com reconhecida competência técnica, política, ética e humana, considerando sustentabilidade ambiental, segurança das pessoas e elevado grau de responsabilidade social, antes, durante e após a construção.

2.3.2. Objetivos Específicos

- Formar cidadãos na área de conhecimento da engenharia civil, aptos para inserção no mundo do trabalho e conscientes da sua responsabilidade profissional e social;
- Estimular o desenvolvimento de habilidades e competências filosóficas, científicas e tecnológicas a partir de uma base de pensamento reflexivo, com formação humanística e ética, fundamental à integração do profissional à sociedade e ao trabalho multidisciplinar;



- Possibilitar que os egressos possam elaborar, coordenar, implantar, operacionalizar projetos, fiscalizar e supervisionar as atividades profissionais referentes à construção civil;
- Incentivar o trabalho de pesquisa e a investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia;
- Oportunizar que os alunos possam colocar na prática os conhecimentos adquiridos em laboratórios, projetos, monitorias ou estágios;
- Proporcionar a formação de um engenheiro crítico, criativo e empreendedor, capaz de entender os desafios e as necessidades impostas pelo mundo do trabalho na atualidade;
- Desenvolver e apoiar projetos científicos e tecnológicos fundamentados na plataforma da interdisciplinaridade e que apresentem relevância nacional, regional e local.

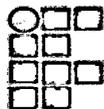
2.4. Contexto Educacional

O IFPB se diferencia por sua tradição em oferecer ensino de qualidade há mais de 100 anos no Estado da Paraíba.

O *Campus Cajazeiras* segue os passos da sua mantenedora sendo, também, pioneiro ao ofertar e implantar o curso de Bacharelado em Engenharia Civil no sertão paraibano.

Esse curso surge em um espaço e tempo em que o setor da construção civil ganha status privilegiado tendo grande destaque na economia cajazeirense. Todo esse crescimento da cidade de Cajazeiras, sem dúvida, é um fator de peso e altamente positivo que permite agregar valor ao curso tornando-o fortemente competitivo. Além disso, o Curso de Engenharia Civil apresenta outros fatores competitivos, como por exemplo:

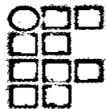
- O curso de engenharia civil será pioneiro no Sertão da Paraíba, especificamente no que tange a microrregião polarizada pela cidade de Cajazeiras;



- A Cidade de Cajazeiras vive uma verdadeira revolução no setor educacional atraindo inúmeros estudantes interessados em cursos de nível médio, técnico e superior. Estes alunos e suas famílias buscam alugar ou comprar imóveis na cidade favorecendo assim a continuidade do desenvolvimento da construção civil;
- O curso fortalecerá a característica histórica da cidade enquanto polo educacional;
- O curso será mais uma opção de acesso ao ensino superior para jovens e adultos, principalmente da microrregião de Cajazeiras, que não terão mais a preocupação de se deslocarem aos grandes centros para cursar engenharia civil;
- Os egressos do curso estarão contribuindo para a melhoria da qualidade da mão-de-obra especializada da cidade e da região, garantido uma maior organização e padrão de qualidade das edificações, podendo com isso, possibilitar que os clientes possam investir com confiança e receber imóveis que apresentem qualidade;
- O curso permitirá o aprofundamento dos estudos no campo da construção civil com a promoção de pesquisas, palestras, seminários, workshops e outros, que atrairão diversas empresas do ramo com a finalidade de fazer parcerias e divulgação de materiais da área.

2.5. Requisitos e Formas de Acesso

O IFPB, enquanto instituição centenária mantém-se na linha de discussão para melhoria do Ensino Médio, discutindo a relação entre conteúdos exigidos no ingresso na Educação Superior e habilidades fundamentais para o desempenho acadêmico e para a formação humana. Vale destacar que o IFPB já adotou, parcialmente, o resultado do Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM em seu Processo Seletivo 2009, e desde 2010, o exame já é adotado como critério de acesso aos cursos superiores. Esta utilização é pactuada semestralmente através



do Termo de Adesão para utilização dos resultados ENEM e seleção através do Sistema Seletivo Unificado-SiSU.

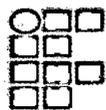
De acordo com o Artigo 16 do Regimento Didático dos Cursos Superiores – Resolução “*ad referendum*” Nº 31, de 21 de novembro de 2016 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB, as formas de acesso ao Curso Superior de Bacharelado em Engenharia Civil dar-se-ão mediante processo seletivo, em período previsto em edital público, nas seguintes modalidades:

- Por meio de processo seletivo a partir de Edital específico. A partir de 2010 o IFPB aderiu ao Sistema Unificado de Seleção, SISU, organizado pelo MEC, que tem como base a avaliação do Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM. Informando previamente o percentual de vagas destinadas a esta forma de seleção, sob responsabilidade do MEC;
- Através de Processo Seletivo Especial (PSE), para modalidades de reingresso, transferência interna, transferência interinstitucional e ingresso de graduados, cuja forma deverá ser aprovada pelo Conselho Superior do IFPB.
- Através de termo de convênio, intercâmbio ou acordo interinstitucional, seguindo os critérios de processo seletivo, definidos no instrumento da parceria e descrito em edital.

Os editais que regulam as formas de acesso ao IFPB atendem aos requisitos da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.

2.6. Perfil profissional do Egresso e Área de Atuação

O engenheiro civil é um profissional de formação generalista, humanista, crítica e reflexiva que atua na concepção, planejamento, projeto, construção, operação e manutenção de edificações e de infraestruturas. Suas atividades incluem: supervisão, coordenação e orientação técnicas; estudo, planejamento, projeto e especificação; estudo de viabilidade técnico-econômica; assistência, assessoria e consultoria; direção, execução e fiscalização de obra e serviço técnico; vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico. Pode desempenhar cargos e funções técnicas, elaborar orçamentos e cuidar de



padronização, mensuração e controle de qualidade. Pode coordenar equipes de instalação, montagem, operação, reparo e manutenção. Executa desenho técnico e se responsabilizar por análise, experimentação, ensaio, divulgação e produção técnica especializada. Coordena e supervisiona equipes de trabalho, realiza estudos de viabilidade técnico-econômica, executa e fiscaliza obras e serviços técnicos; e efetua vistorias, perícias e avaliações, emitindo laudos e pareceres. Em suas atividades, devem ser considerados os aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade no que se referem à segurança, a legislação e os impactos ambientais.

2.6.1. Atribuições no Mundo do Trabalho

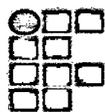
A profissão do Engenheiro Civil é fiscalizada pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e suas competências e atribuições são definidas pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), definidas e regulamentadas na sua Resolução nº 1.010, de 22 de agosto de 2005.

O Engenheiro Civil projeta e planeja os mais variados tipos de obras de construção civil, analisa a viabilidade técnica e econômica das obras, viabiliza os cálculos, a especificação de materiais e a execução das obras, estuda e escolhe soluções para as obras de edificações, vias terrestres (estradas, ferrovias, aeroportos), pontes e viadutos.

O profissional de engenharia também atua em obras de infraestrutura como barragens, drenagem, abastecimento de água, saneamento, fundações e obras de estabilização de encostas e, ainda, planeja meios de transporte e tráfego urbano.

O campo de atuação profissional abrange empresas de projetos e de consultoria, construtoras e empreiteiras, empresas governamentais, instituições de ensino superior e de pesquisa, públicas ou privadas.

Constam na Resolução Nº 1.010, de 22 de agosto de 2005, do CONFEA, as atividades que são de competência do Engenheiro Civil.



3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

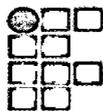
3.1. Organização Curricular

Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação, para atender aos princípios estabelecidos e ao perfil do egresso considerado, o Curso de Engenharia Civil do IFPB–*Campus* Cajazeiras, apresenta uma organização curricular formada pelos seguintes núcleos de conteúdos:

- Núcleo de conteúdos básicos: carga horária de 1.484 horas, correspondendo a 38,43% da carga horária mínima para integralização;
- Núcleo de conteúdos profissionalizantes: carga horária de 683 horas, correspondendo a 17,70% da carga horária mínima;
- Núcleo de conteúdos específicos: carga horária de 1694 horas, correspondendo a 43,87% da carga horária mínima, incluindo as disciplinas obrigatórias e optativas, atividades complementares, trabalho de conclusão de curso e estágio curricular obrigatório.

Além disso, o curso apresenta:

- Regime de matrícula: semestral por disciplina;
- Carga horária máxima por semestre: 33 aulas semanais ou 550 horas;
- Vagas totais anuais: 80 vagas, com entradas de 40 alunos a cada semestre;
- Turno funcionamento: integral;
- Carga horária mínima para integralização do curso: 3.861 horas;
- Carga horária mínima de disciplinas obrigatórias do curso: 3.401 horas;
- Carga horária mínima de disciplinas optativas do curso: 200 horas;
- Carga horária mínima de atividades complementares do curso: 100 horas;
- Estágio curricular obrigatório: 160 horas, com defesa;
- Trabalho de conclusão de curso: obrigatório, 67 horas, com defesa (já incluso na carga horária mínima de disciplinas obrigatórias do curso);



- A disciplina Linguagem Brasileira de Sinais-LIBRAS é optativa;
- Tempo mínimo para integralização do curso: 10 semestres letivos;
- Tempo máximo para integralização do curso: 18 semestres letivos;

De acordo com a organização curricular, o percurso de formação do egresso de Engenharia Civil se dará da seguinte forma:

- Só poderão ser cursadas as disciplinas ofertadas, respeitando-se a carga horária máxima semestral;
- Os alunos bloqueados terão prioridade na matrícula;
- Será permitido no máximo matrícula de 50 alunos por disciplina;
- O aluno apenas poderá se matricular na disciplina desde que tenha concluído seu respectivo pré-requisito.

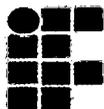
3.2. Critério de Aproveitamento de Conhecimentos e Experiências Anteriores

Os critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores nos cursos superiores do IFPB estão regulamentados e detalhados em resolução específica – Resolução nº 215/2014 (Anexo II das Normas Didáticas do IFPB), homologada pelo Conselho Superior da Instituição, considerando dispositivos estabelecidos na Lei nº. 9394/96 (LDB).

Está estabelecido que os discentes devidamente matriculados em curso de graduação do IFPB poderão solicitar reconhecimento de competências/conhecimentos adquiridos para fins de abreviação do tempo de integralização de seu curso, com avaliação de processo realizada semestralmente.

O reconhecimento de competências/conhecimentos adquiridos será realizado por disciplina, sendo a solicitação e avaliação realizada no período imediatamente anterior ao da sugestão de bloqueio da disciplina, com as comprovações de aproveitamento em disciplinas equivalentes ou afins e/ou de experiência profissional na área de estudo ou afins.

Será assegurado, também, o direito ao aproveitamento de estudos realizados ao discente que: a) for classificado em novo processo seletivo; b) tenha efetuado



reopção de curso; c) tenha sido transferido; d) tenha reingressado no curso; e) tenha ingressado como graduado; f) tenha cursado com aproveitamento a mesma disciplina ou equivalente em outro curso de graduação de outra Instituição, devidamente reconhecido.

3.3. Matriz Curricular

1º Período - Disciplinas	Teórica	Prática	Total
Química Aplicada à Engenharia	33	17	50
Cálculo Diferencial e Integral I	67		67
Cálculo Vetorial e Geometria Analítica	67		67
Português Instrumental	33		33
Desenho Técnico	33	34	67
Sociologia	50		50
Introdução à Engenharia Civil	33		33
Subtotal	316	51	367

2º Período - Disciplinas	Teórica	Prática	Total
Física Geral I	67		67
Cálculo Diferencial e Integral II	67		67
Álgebra Linear	67		67
Introdução à Programação	17	50	67
Ciências do Ambiente	50		50
Metodologia Científica	33		33
Desenho de Arquitetura	33	34	67
Subtotal	333	84	417

3º Período - Disciplinas	Teórica	Prática	Total
Física Geral II	67		67
Cálculo Diferencial e Integral III	67		67
Materiais de Construção Civil I	33	34	67
Probabilidade e Estatística	67		67
Topografia	33	34	67
Mecânica Geral	83		83
Subtotal	349	67	417

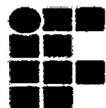


4º Período - Disciplinas	Teórica	Prática	Total
Física Geral III	67		67
Cálculo Diferencial e Integral IV	67		67
Resistência dos Materiais I	67		67
Equações Diferenciais Ordinárias	67		67
Mecânica dos Fluidos	50	17	67
Materiais de Construção Civil II	50	17	67
Subtotal	367	33	400

5º Período - Disciplinas	Teórica	Prática	Total
Física Experimental		33	33
Resistência dos Materiais II	50	17	67
Cálculo Numérico	50	17	67
Hidráulica	50	17	67
Geologia Aplicada	50		50
Teoria das Estruturas I	67		67
Legislação Aplicada à Engenharia Civil	50		50
Subtotal	317	83	400

6º Período - Disciplinas	Teórica	Prática	Total
Circuitos Elétricos	33	17	50
Mecânica dos Solos I	50	17	67
Sistemas de Abastecimento de Água	67	67	67
Sistemas de Transportes	50		50
Instalações Hidrossanitárias Prediais	50		50
Teoria das Estruturas I	67		67
Optativa I	67		67
Subtotal	383	33	417

7º Período - Disciplinas	Teórica	Prática	Total
Engenharia econômica e análise de investimentos	50		50
Segurança do Trabalho	50		50
Hidrologia	50		50
Estradas de Rodagem I	50		50
Tecnologia das Construções I	50		50
Estruturas de Concreto Armado I	67		67



Instalações Elétricas Prediais	50		50
Mecânica dos Solos II	50		50
Subtotal	417	0	417

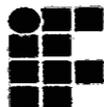
8º Período - Disciplinas	Teórica	Prática	Total
Sistemas de Esgoto e Drenagem	33	17	50
Tecnologia das Construções II	50		50
Pavimentação	33	17	50
Fundações	67		67
Estruturas de Concreto Armado II	67		67
Estruturas de Madeira	67		67
Optativa II	50		50
Subtotal	367	33	400

8º Período - Disciplinas	Teórica	Prática	Total
Administração e Empreendedorismo	50		50
Trabalho de Conclusão de Curso I	33		33
Planejamento e Orçamento de Obras	50		50
Engenharia de Tráfego	50		50
Estruturas Metálicas	67		67
Optativa III	33		33
Optativa IV (Projeto)	50		50
Subtotal	333	0	333

10º Período - Disciplinas	Teórica	Prática	Total
Trabalho de Conclusão de Curso II	33		33
Atividades complementares*	100		100
Estágio Supervisionado	100		160
Subtotal	233	0	293
Carga Horária do Curso	3476	385	3861

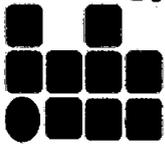
* Realizadas ao longo do Curso

Disciplinas Optativas (200 h)	Teórica	Prática	Total
Pontes	67		67
Gerenciamento de Projetos	50		50
Introdução ao Método dos Elementos Finitos	67		67
Patologia das Construções	50		50
Libras	33		33



Recursos Hídricos	33		33
Gestão de Resíduos Sólidos	50		50
Geoprocessamento	33	17	50
Estruturas de Concreto Protendido	67		67
Planejamento e Controle de Produção	33		33
Projetos estruturais	17	33	50
Projeto de Instalações Hidrossanitárias	17	33	50
Projeto de Instalações Elétricas	17	33	50
Conforto Ambiental	50		50
Gestão do Espaço Urbano	50		50
Tópicos Especiais em Engenharia Civil I	33		33
Tópicos Especiais em Engenharia Civil II	50		50
Manutenção Predial	67		67
Ergonomia e Acessibilidade	33		33
Avaliação de Impactos Ambientais	33		33
Estradas de Rodagem II	67		67
Subtotal	917	117	1034

QUADRO RESUMO		
Demonstrativo	CHT	(%)
Disciplinas	3601	93,27%
Estágio Supervisionado	160	4,14%
Atividades Complementares	100	2,59%
Carga Horária Total do Curso	3861	100%



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PARAÍBA
Campus Cajazeiras

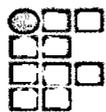
DIREÇÃO GERAL - DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE ENSINO
UNIDADE ACADÊMICA DA ÁREA DE INDÚSTRIA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM ENGENHARIA CIVIL

1º SEMESTRE		2º SEMESTRE		3º SEMESTRE		4º SEMESTRE		5º SEMESTRE		6º SEMESTRE		7º SEMESTRE		8º SEMESTRE		9º SEMESTRE		10º SEMESTRE	
1.1	CHEMIA APLICADA A ENGENHARIA	2.1	FISICA GERAL I	3.1	FISICA GERAL II	4.1	FISICA EXPERIMENTAL	5.1	FISICA EXPERIMENTAL	6.1	CIRCUITOS ELETRICOS	7.1	TECNICAS DE MANUTENCAO E REPARAÇÃO DE MOTORES	8.1	SERVIÇOS DE ENFERMAGEM E OBTENÇÃO DE MATERIAIS	9.1	ADMINISTRAÇÃO E EMPREENDEDORISMO	10.1	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II
3	4	4	4	4	4	4	4	2	2	3	3	3	3	3	3	3	3	2	2
50	67	67	67	67	67	67	67	33	33	50	50	50	50	50	50	50	50	33	33
1.2	CALCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL I	2.2	CALCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL II	3.2	CALCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL III	4.2	CALCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL IV	5.2	REVISÃO DOS MATEMÁTICA B	6.2	MECANICA DOS SOLOS I	7.2	SEGURANÇA DO TRABALHO	8.2	TECNOLOGIA DAS CONSTRUÇÕES II	9.2	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	10.2	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I
4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	3	3	3	3	2	2	2	2	2
67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67
1.3	CALCULO VETORIAL E GEOMETRIA ANALITICA	2.3	ALGEBRA LINEAR	3.3	MATEMÁTICA DE COMBINAÇÃO CIVIL	4.3	REVISÃO DOS MATEMÁTICA B	5.3	CALCULO NUMÉRICO	6.3	SISTEMAS DE AQUECIMENTO DE ÁGUA	7.3	HEMIOLOGIA	8.3	PAVIMENTAÇÃO	9.3	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DE OBRAS	10.3	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DE OBRAS
4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	3	3	3	3	3	3	3	3
67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67
1.4	PORTUENSA INSTRUMENTAL	2.4	INTRODUÇÃO A PROGRAMÇÃO	3.4	PROBABILIDADE ESTATISTICA	4.4	EQUAÇÕES DIFERENCIAIS ORDENADAS	5.4	HEMIOLOGIA	6.4	SISTEMAS DE TRANSPORTES	7.4	ESTERILIDADE (NOBARRI)	8.4	NUMEROS	9.4	INDUSTRIAS DE TITANIO	10.4	INDUSTRIAS DE TITANIO
2	2	2	2	2	2	2	2	4	4	4	4	3	3	3	3	3	3	3	3
33	33	33	33	33	33	33	33	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67
1.5	DRENO TÈCNICO	2.5	GENÈRA DO AMBIENTE	3.5	TOPOGRAFIA	4.5	MECANICA DOS FLUIDOS	5.5	DECOLO APLICADA	6.5	METALURGIA DE FUNDIÇÃO E PRESSIONES	7.5	TECNOLOGIAS DE CONSTRUÇÃO I	8.5	ESTRUTURAS DE ALUMINIO	9.5	ESTRUTURAS METALICAS	10.5	ESTRUTURAS METALICAS
4	4	4	4	4	4	4	4	3	3	4	4	3	3	4	4	4	4	4	4
67	67	67	67	67	67	67	67	50	50	50	50	50	50	67	67	67	67	67	67
1.6	NOCOLOGIA	2.6	METODOLOGIA CIENTIFICA	3.6	MECANICA GERAL	4.6	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	5.6	TEORIA DAS ESTRUTURAS I	6.6	TEORIA DAS ESTRUTURAS II	7.6	ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO	8.6	ESTRUTURAS DE MADEIRA	9.6	OPÇÔES DE PROJETO	10.6	OPÇÔES DE PROJETO
3	3	2	2	3	3	3	3	4	4	4	4	4	4	4	4	2	2	2	2
50	50	33	33	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	33	33	33	33
1.7	INTRODUÇÃO A ENGENHARIA CIVIL	2.7	DESENVOLVIMENTO DE PROJETO	3.7	DESENVOLVIMENTO DE PROJETO	4.7	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	5.7	TEORIA DAS ESTRUTURAS II	6.7	TEORIA DAS ESTRUTURAS III	7.7	METALURGIA DE FUNDIÇÃO	8.7	OPÇÔES DE PROJETO	9.7	OPÇÔES DE PROJETO	10.7	OPÇÔES DE PROJETO
2	2	4	4	4	4	4	4	3	3	4	4	3	3	3	3	3	3	3	3
33	33	67	67	67	67	67	67	50	50	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67
Total: 22 cr / 367 h		Total: 25 cr / 417 h		Total: 25 cr / 417 h		Total: 24 cr / 400 h		Total: 24 cr / 400 h		Total: 25 cr / 417 h		Total: 25 cr / 417 h		Total: 24 cr / 400 h		Total: 20 cr / 333 h		Total: 02 cr / 33 h	
N	PR	N	PR	N	PR	N	PR	N	PR	N	PR	N	PR	N	PR	N	PR	N	PR
C	PR	C	PR	C	PR	C	PR	C	PR	C	PR	C	PR	C	PR	C	PR	C	PR
HR	PR	HR	PR	HR	PR	HR	PR	HR	PR	HR	PR	HR	PR	HR	PR	HR	PR	HR	PR
PR		PR		PR		PR		PR		PR		PR		PR		PR		PR	

N NÚMERO DA DISCIPLINA
C NÚMERO DE CRÉDITOS SEMANAL
HR HORAS-RELOGIO SEMESTRAL
PR PRÉ-REQUISITOS DA DISCIPLINA

* O ALUNO DEVE OBSERVAR OS PRÉ-REQUISITOS DA DISCIPLINA OPTATIVA ESCOLHIDA
** TER CONCLUÍDO 170 CRÉDITOS
*** PRÉ-REQUISITOS VARIÁVEIS DE ACORDO COM O PROJETO ESCOLHIDO

OBSERVAÇÕES:
O Estágio Supervisionado corresponde a 160 h e só poderá ser cursado após o discente ter cumprido o mínimo de 170 créditos.
O aluno(a) deverá fazer o mínimo de 100 h em atividades complementares.
1 crédito = 16,67 horas de aula



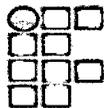
3.3.1. Coerência do PPC com as Diretrizes Curriculares

O PPC de Engenharia Civil tem suas linhas pedagógicas assentadas na Resolução CNE/CES nº 11/2002, que Instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia, onde se encontra definido quais devem ser os princípios, fundamentos pedagógicos, condições e procedimentos a serem delineados no PPC, com vistas a formar engenheiro com perfil generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitado a absorver e desenvolver novas tecnologias, estimulando a sua atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade.

Para consecução do perfil profissional, o curso adota as seguintes competências e habilidades gerais contidas no artigo 4º das DCN's para os cursos de Engenharia: aplicar conhecimentos matemáticos, científicos, tecnológicos e instrumentais à engenharia; projetar e conduzir experimentos e interpretar resultados; conceber, projetar e analisar sistemas, produtos e processos; planejar, supervisionar, elaborar e coordenar projetos e serviços de engenharia; identificar, formular e resolver problemas de engenharia; desenvolver e/ou utilizar novas ferramentas e técnicas; supervisionar a operação e a manutenção de sistemas; avaliar criticamente a operação e a manutenção de sistemas; comunicar-se eficientemente nas formas escrita, oral e gráfica; atuar em equipes multidisciplinares; compreender e aplicar a ética e responsabilidade profissionais; avaliar o impacto das atividades da engenharia no contexto social e ambiental; avaliar a viabilidade econômica de projetos de engenharia e assumir a postura de permanente busca de atualização profissional.

Desta forma, a matriz curricular do curso está formatada dentro dos padrões estabelecidos pela referida Resolução, organizada pelos seguintes núcleos: Núcleo de Conteúdos Básicos, Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes, e o Núcleo de Conteúdos Específicos.

Por fim, a formação do engenheiro civil no *Campus* Cajazeiras inclui o estágio curricular obrigatório onde o aluno tem supervisão direta da instituição através de um



professor orientador sendo, ao final, obrigado a entregar o relatório técnico como requisito para término do curso e obtenção do diploma.

3.3.2. Coerência dos Conteúdos Curriculares com os Objetivos do Curso

A coerência entre os conteúdos curriculares e os objetivos do curso se concretiza na distribuição matricial dos saberes indispensáveis à formação do engenheiro civil, conforme as Diretrizes estabelecidas na Resolução CNE/CES 11/2002.

3.3.3. Coerência dos Conteúdos Curriculares com o Perfil do Egresso

Os conteúdos curriculares do curso de engenharia civil são relevantes, atualizados e coerentes com o perfil do egresso na perspectiva do avanço tecnológico e nas questões de natureza sócio econômicas. Para tanto, as disciplinas se dividem entre teóricas e práticas permitindo que o aluno possa aplicar os conhecimentos teóricos em experimentos e simulações vivenciados em laboratório e visitas técnicas. Além disso, os conteúdos específicos de cada núcleo de conhecimentos são compostos e agrupados observando-se o que determina a Resolução CNE/CES nº 11/2002, onde no seu Artigo 5º ao tratar de atividades e/ou conteúdos fica evidente a orientação de que no projeto pedagógico se demonstre claramente como o conjunto das atividades previstas garantirá o perfil desejado de seu egresso e o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas. Destarte, firma-se neste projeto uma plena coerência entre os objetivos do curso, o perfil do egresso, os conteúdos curriculares e as competências exigidas na normatização educacional supracitada.

3.3.4. Demonstrativo do Cumprimento das Diretrizes Curriculares

- **Núcleo de Conteúdos Básicos**

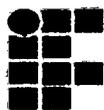
Todas as disciplinas do **Núcleo de Conteúdos Básicos** são obrigatórias, correspondendo a 1.484 horas ou 38,43% do mínimo necessário para integralização do curso.



NÚCLEO BÁSICO	DISCIPLINA	CH	PRÉ-REQUISITOS
Metodologia Científica e Tecnológica	Metodologia Científica	33	Português Instrumental
Comunicação e Expressão	Português Instrumental	33	Não Requer
Informática	Introdução à Programação	67	Não Requer
Expressão Gráfica	Desenho Técnico	67	Não Requer
Matemática	Cálculo Diferencial e Integral I	67	Não Requer
	Cálculo Vetorial e Geometria Analítica	67	Não Requer
	Cálculo Diferencial e Integral II	67	Cálculo Diferencial e Integral I
	Álgebra Linear	67	Cálculo Vetorial e Geometria Analítica
	Cálculo Diferencial e Integral III	67	Cálculo Diferencial e Integral II
	Probabilidade e Estatística	67	Cálculo Diferencial e Integral I
	Cálculo Diferencial e Integral IV	67	Cálculo Diferencial e Integral III
	Equações Diferenciais e Ordinárias	67	Cálculo Diferencial e Integral III
Física	Física Geral I	67	Cálculo Diferencial e Integral I
	Física Geral II	67	Física Geral I
Fenômenos de Transporte	Mecânica dos Fluidos	67	Física Geral II Cálculo Diferencial e Integral III
Mecânica dos Sólidos	Resistência dos Materiais I	67	Cálculo Diferencial e Integral III Mecânica Geral
	Resistência dos Materiais II	67	Resistência dos Materiais I
Eletricidade Aplicada	Física Geral III	67	Física Geral II
	Física Experimental	33	Física Geral III
Química	Química Aplicada à Engenharia	50	Não Requer
Ciência e Tecnologia dos Materiais	Materiais de Construção Civil I	67	Química Aplicada à Engenharia
Administração	Administração e Empreendedorismo	50	Não Requer
Econômica	Engenharia econômica e análise de investimentos	50	Não Requer
Ciências do Ambiente	Ciências do Ambiente	50	Não Requer
Humanidades, Ciências Sociais e Cidadania	Sociologia	50	Não Requer

- **Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes**

Todas as disciplinas do **Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes** são obrigatórias, correspondendo a 683 horas ou 17,70% do mínimo necessário para integralização do curso.

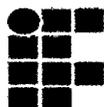


NÚCLEO PROFISSIONALIZANTE	DISCIPLINA	CH	PRÉ-REQUISITOS
Circuitos Elétricos	Circuitos Elétricos	50	Física Geral III
Ergonomia e Segurança do Trabalho	Segurança do Trabalho	50	Não Requer
Geotecnia	Geologia Aplicada	50	Não Requer
	Mecânica dos Solos I	67	Resistência dos materiais I Geologia Aplicada
Hidráulica, Hidrologia Aplicada e Saneamento Básico	Hidráulica	67	Topografia Mecânica dos Fluidos
	Hidrologia	50	Mecânica dos Fluidos Probabilidade e Estatística
Materiais de Construção civil	Materiais de Construção civil II	67	Materiais de Construção Civil I
Mecânica Aplicada	Mecânica Geral	83	Cálculo Diferencial e Integral I Física Geral I
Métodos Numéricos	Cálculo Numérico	67	Equações Diferenciais Ordinárias
Sistemas Estruturais e Teoria das Estruturas	Teoria das Estruturas I	67	Resistência dos Materiais I
Topografia e Geodésia	Topografia	67	Cálculo Diferencial e Integral I Desenho Técnico

• **Núcleo de Conteúdos Específicos (Disciplinas Obrigatórias e Optativas)**

Além dos núcleos de conteúdos básicos e profissionalizantes, o aluno deverá cursar 1.694 horas de disciplinas do núcleo específico, sendo 1.434 horas de disciplinas obrigatórias, incluindo o Trabalho de Conclusão de Curso, e 200 horas de disciplinas optativas, no mínimo. Devem ser adicionadas a este quantitativo (de 1.434 h) a carga horária de 160 horas referente ao estágio supervisionado e 100 horas de atividades complementares para a integralização da carga horária mínima do curso.

NÚCLEO ESPECÍFICO	DISCIPLINA	CH	PRÉ-REQUISITOS
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	Introdução à Engenharia Civil	33	Não Requer
	Desenho de Arquitetura	67	Desenho Técnico
	Legislação Aplicada à Engenharia Civil	50	Materiais de Construção Civil I
	Sistemas de Abastecimento de Água	67	Ciências do Ambiente Hidráulica
	Sistemas de Transportes	50	Probabilidade e Estatística
	Instalações Hidrossanitárias Prediais	50	Desenho de Arquitetura Hidráulica
	Teoria das Estruturas II	67	Teoria das Estruturas I



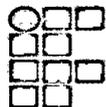
Estradas de Rodagem I	50	Topografia Sistemas de Transportes
Tecnologia das Construções I	50	Legislação Aplicada à Engenharia Civil
Estruturas de Concreto Armado I	67	Resistência dos Materiais II Teoria das Estruturas I
Instalações Elétricas Prediais	50	Circuitos Elétricos
Mecânica dos Solos II	50	Mecânica dos Solos I
Sistemas de Esgoto e Drenagem	50	Ciências do Ambiente Hidráulica Hidrologia
Tecnologia das Construções II	50	Tecnologia das Construções I
Pavimentação	50	Mecânica dos Solos II Estradas de Rodagem I
Fundações	67	Cálculo Diferencial e Integral III Mecânica dos Solos I
Estruturas de Concreto Armado II	67	Estruturas de Concreto Armado I
Estruturas de Madeira	67	Resistência dos Materiais II Teoria das Estruturas II
Planejamento e Orçamento de Obras	50	Tecnologia das Construções II
Engenharia de Tráfego	50	Sistemas de Transportes
Estruturas Metálicas	67	Resistência dos Materiais II Teoria das Estruturas II
Trabalho de Conclusão de Curso I	33	Metodologia Científica Terconcluído 170 créditos
Trabalho de Conclusão de Curso II	33	Trabalho de Conclusão de Curso I Optativa IV (Projeto)



NÚCLEO ESPECÍFICO	DISCIPLINA	CH	PRÉ-REQUISITOS
DISCIPLINAS OPTATIVAS	Pontes	67	Estruturas de Concreto Armado II Teoria das Estruturas II Fundações
	Gerenciamento de Projetos	50	Planejamento e Orçamento de Obras
	Introdução ao Método dos Elementos Finitos	67	Cálculo Numérico Teoria das Estruturas II
	Patologia das Construções	50	Materiais de Construção Civil I
	Libras	33	Não requer
	Recursos Hídricos	33	Ciências do Ambiente Hidrologia
	Gestão de Resíduos Sólidos	50	Ciências do Ambiente
	Geoprocessamento	50	Topografia
	Estruturas de concreto protendido	67	Teoria das Estruturas I Estruturas de Concreto Armado I
	Planejamento e Controle de Produção	33	Planejamento e Orçamento de Obras
	Projetos estruturais	50	Estruturas de Concreto Armado II Teoria das Estruturas II
	Projeto de Instalações hidrossanitárias	50	Instalações Hidrossanitárias Prediais
	Projeto de Instalações elétricas	50	Instalações Elétricas Prediais
	Conforto Ambiental	50	Desenho de Arquitetura
	Gestão do Espaço Urbano	50	Desenho de Arquitetura
	Tópicos Especiais em Engenharia Civil I	33	Variável
	Tópicos Especiais em Engenharia Civil II	50	Variável
	Tópicos Especiais em Engenharia Civil III	67	Variável
	Manutenção Predial	33	Tecnologia das Construções II
	Ergonomia e Acessibilidade	33	Desenho de Arquitetura
Avaliação de Impactos Ambientais	50	Ciências do Ambiente	
Estradas de Rodagem II	67	Estradas de Rodagem I	

3.4 Metodologia

A metodologia e a organização didática do processo ensino-aprendizagem estão atreladas de forma harmônica à concepção do curso que aponta para a necessidade da formação de um engenheiro civil que domine competências e habilidades que estejam alinhadas e adequadas aos aspectos do avanço tecnológico e, na mesma linha, a orientação contida no PDI do IFPB 2015-2019 para que o aluno formado pela instituição tenha presente em suas concepções a promoção do bem à sociedade, visando à transformação dos conhecimentos



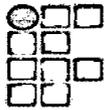
adquiridos em bens e serviços, atentando para as tendências do setor produtivo e do desenvolvimento tecnológico no qual está inserido, devendo disseminar a aplicação da ciência e tecnologia, interagindo com elas, de forma a questioná-la, entendendo o seu funcionamento.

Para dar conta da formação deste perfil profissional é adotada como essencial a prática pedagógica de elaboração de planos de ensino que estejam estruturados a partir de seleção e reconstrução de metodologias e conhecimentos que forme o engenheiro civil numa perspectiva crítica e para o seu tempo. Para tanto, o ato de ensinar deve ter ancoradouro na utilização de metodologias dialógicas, intertransdisciplinares, alicerçadas em conhecimentos filosóficos, científicos e tecnológicos que deverão estar relacionados às condições materiais da existência de natureza sócio, histórico e culturais produzidas até hoje pela humanidade.

Seguindo esta lógica, serão utilizadas as seguintes formas metodológicas:

- Aula expositiva;
- Aula expositiva dialogada;
- Resolução de exercícios;
- Aulas práticas em laboratório;
- Trabalho individual e em grupo;
- Visitas técnicas a obras e empresas;
- Seminários;
- Palestras com profissionais das áreas profissionais que envolvem o curso;
- Pesquisas de campo;
- Estudo de textos;
- Atividades em programas de simulação;
- Mesas redondas e debates;
- Desenvolvimento de projetos interdisciplinares.

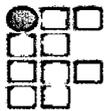
Essa flexibilidade curricular faz parte de um conjunto de práticas pedagógicas inovadoras que orientam a estrutura curricular do curso, como por exemplo, no que diz respeito à prática pedagógica dos professores, consta a iniciativa fundamentada em uma ação que gere a motivação do aluno para se relacionar consigo mesmo e com o mundo, com os conhecimentos, participando de atividades diversas no campo



da pesquisa, da extensão e da arte/cultura. Essa postura do professor é de fundamental importância porque ajuda a despertar a curiosidade e a autoestima no aluno e o seu desejo de se empenhar ao máximo no curso e no campo profissional da engenharia civil.

Além das metodologias que foram indicadas, há ainda outras práticas pedagógicas inovadoras, como por exemplo:

- A estrutura democrática do curso e da instituição, onde se permite que os alunos participem como sujeito ativo dos conselhos, colegiados, etc; fazendo com que o mesmo experimente um ambiente de trabalho produtivo, saudável e de ótima convivência;
- A existência de normas e regulamentos didáticos que garantem os direitos individuais e coletivos dos alunos;
- A oferta de acesso às tecnologias modernas na área de construção civil e informática;
- A oferta de competências e habilidades adequadas que possibilitam ao aluno a oportunidade de aprender a aprender, a conviver, a fazer e a ser no espaço social;
- O acompanhamento de pessoas com deficiência;
- Política de assistência estudantil com acompanhamento de assistentes sociais, psicológico e apoio financeiro através de bolsas de trabalho, de monitoria, de moradia e auxílio transporte;
- O trabalho de acompanhamento pessoal do aluno feito pelo professor e pelo pedagogo;
- O processo ensino-aprendizagem se dá a partir da interação entre aluno-professor, aluno-monitor, aluno-aluno;
- O ensino de Libras;
- A preocupação com a formação para o desenvolvimento sustentável no âmbito local, regional, nacional e global;
- Salas de aulas amplas;
- Laboratórios bem equipados;
- Biblioteca;
- Espaços de esporte e lazer;



- Empresas Júniores.

3.4.1 Políticas Pedagógicas Institucionais

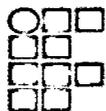
O Projeto Pedagógico Institucional -PPI é um documento orientador da ação institucional no qual se registram as metas a atingir e as opções estratégicas a seguir, em função do diagnóstico realizado, dos valores definidos e das concepções teóricas escolhidas (PDI 2015-2019, p.38).

Nesse sentido, o PPI deve: traduzir a história da instituição; constar como parte integrante do PDI; orientar os documentos normativos da instituição; ser elaborado a partir de seus princípios norteadores; explicitar suas convicções ideológicas; enuncia os propósitos gerais que orientam a prática da instituição e justificam sua estrutura organizacional, em que são estabelecidas as relações entre os membros da comunidade acadêmica, as formas de participação e os mecanismos de tomada de decisão.

O Instituto Federal da Paraíba em sua proposta pedagógica procura desmistificar o difuso conceito de educação tecnológica associada à dicotomia entre a formação geral e a profissionalizante, desenvolvida numa visão restrita e pragmática do trabalho humano, dimensionado como ocupação, para que ultrapasse a preparação para o trabalho ou apenas para o desenvolvimento tecnológico, buscando através de suas diretrizes e em suas políticas de acesso e permanência a democratização e a universalização do ensino.

De acordo com o PDI IFPB 2015-2019 (p.70), as políticas pedagógicas institucionais contemplam a interdisciplinaridade e a contextualização dos conhecimentos, dirigindo o ensino para a construção do conhecimento e o desenvolvimento das competências necessárias para uma atuação no mundo de forma reflexiva, cooperativa e solidária. Assim, as Políticas de Ensino buscam garantir um ensino público gratuito e qualificado, utilizando-se das ferramentas da gestão democrática. Tais Políticas de Ensino fundamentam-se nos seguintes princípios:

- a) ampliação do acesso e permanência, com êxito, à Escola Pública;
- b) constituir-se como um centro de referência para a irradiação dos



- conhecimentos científicos e tecnológicos no âmbito de sua abrangência;
- c) implementação de novas concepções pedagógicas e metodologias de ensino, no sentido de promover a Educação Continuada e a Educação à Distância;
 - d) capacitação de seus servidores docentes e técnico-administrativos;
 - e) indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão;
 - f) avaliação e acompanhamento das atividades de ensino;
 - g) integração entre os *Campus* e com outras Instituições de Ensino;
 - h) parcerias com o mundo produtivo e com setores da sociedade;
 - i) articulação permanente com os egressos dos cursos;
 - j) observância às políticas de ações afirmativas;
 - k) respeito à diversidade cultural e o atendimento aos princípios de inclusão social e educativa;
 - l) preocupação com o desenvolvimento sustentável;
 - m) formação do ser humano em todas as suas dimensões.

As políticas relativas à Educação Superior abrangem as graduações: Cursos Superiores de Tecnologia, Licenciatura, Bacharelados e Engenharias. Os grupos ou núcleos de pesquisa constituem-se células mater do desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica e da inovação na Instituição, vinculando-os às graduações. A Instituição conta, ainda, com um veículo impresso para divulgação de trabalhos científicos e tecnológicos, que é a Revista Principia.

A política de Extensão abarca os projetos: Tecnológicos, Serviços Tecnológicos; Eventos; Projetos Sociais; Cursos de Extensão; Projetos Culturais Artísticos e Esportivos; Visitas Técnicas e Gerenciais; Empreendedorismo; Acompanhamento de egressos.



Desta forma, o IFPB busca a formação de um indivíduo mais crítico e consciente na construção da história do seu tempo com possibilidade de construir novas tecnologias, fazendo uso da crítica e da reflexão sobre a utilização de forma mais precisa e humana, conhecendo a tecnologia, sua relação com a ciência, o binômio tecnologia e progresso e suas repercussões nas relações sociais.

3.4.2 Visitas Técnicas

As visitas técnicas fazem parte de uma estratégia institucional abrangente, em conjunto com outras iniciativas que tem como objetivo ampliar e consolidar a inovação tecnológica no IFPB e também, aliar a prática profissional do engenheiro civil ao ensino. No Curso de Engenharia Civil, as visitas técnicas são realizadas em empresas construtoras, fabricantes de produtos cerâmicos e/ou produtos relacionados à construção civil, de saneamento e executoras de obras. Os critérios de escolha levam em consideração as áreas estratégicas para o mercado de trabalho atual, a disponibilidade e a receptividade das empresas da região.

3.4.3 Atendimento às Legislações para Educação das Relações Étnicos-raciais, Indígenas, Ambientais, Culturais e Educação em Direitos Humanos

O IFPB instituiu a Política de Educação em Relações Étnico-Raciais e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, através da Resolução CS/IFPB nº 138/2015 que tem fundamentos na legislação vigente sobre o tema, como também está previsto no PDI e nas ações desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Ensino - PRE junto aos NDE e Colegiados de Cursos de graduação no que concerne a orientação para a inserção dessa temática de forma transversal, contínua e permanente, ou quando exigido como componente curricular. Dessa forma a Política de Ensino contempla várias iniciativas de debates e desenvolvimento de projetos pedagógicos integralizadores, que garantem as Políticas afirmativas.

Ainda no que se refere à Educação para as Relações Étnico-Raciais, o trabalho realizado no *Campus* Cajazeiras se dirige a diversos agentes da comunidade escolar, particularmente aos discentes, trazendo para a discussão a temática, no campo educacional, buscando cumprir as determinações legais, que estabelecem uma política educacional que reconhece a diversidade étnico-racial e

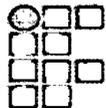


concluindo com perspectivas de modificação de comportamentos, estimulando o respeito ao outro e combatendo o preconceito tão recorrente em nossa história e em nosso dia-dia. Ainda no que tange a esta temática, há projetos de extensão desenvolvidos pela comunidade local. Especificamente, no Curso de Engenharia Civil, em seu Projeto Pedagógico, tais temáticas são abordadas em diversas disciplinas de uma forma transversal e interdisciplinar. Na disciplina de Sociologia por exemplo, este tema consta na própria ementa e conseqüentemente no conteúdo programático, já na disciplina de Português Instrumental, o docente trabalha com textos que tratam destes assuntos.

Quanto ao atendimento a legislação que trata da Educação em Direitos Humanos, o IFPB instituiu esta Política através da Resolução 146/2015/CONSUPER, essa Política institui a criação de comissões nos *Campi* para a mobilização e articulação de iniciativas que fomentem o debate, a formação continuada e a composição de Núcleos de Extensão e Grupos de Pesquisa para inserção dessa política dentro das atividades desenvolvidas pelos cursos de graduação por meio de conteúdo disciplinar, atividades complementares, seminários, eventos culturais, entre outros.

No âmbito do IFPB *Campus* Cajazeiras, se parte do princípio que a Educação em Direitos Humanos pode configurar-se como possibilidade para transformar a realidade do mundo atual, repleto de tantas disparidades, em que a busca desenfreada pelo poder e a coisificação das pessoas são tangíveis práticas diárias. Além disto, é consenso entre o corpo docente e discente, servidores, gestores e toda a comunidade escolar que a educação é um instrumento imprescindível para que o indivíduo possa reconhecer a si próprio como agente ativo na modificação da mentalidade de seu grupo, sendo protagonista na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Há diversos projetos desenvolvidos sobre o tema ao longo dos últimos anos. Especificamente, no Curso de Engenharia Civil, em seu Projeto Pedagógico, tais temáticas são abordadas em diversas disciplinas de uma forma transversal e interdisciplinar. Na disciplina de Sociologia por exemplo, este tema consta na própria ementa e conseqüentemente no conteúdo programático.

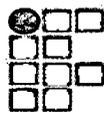
No que diz respeito às Políticas de Educação Ambiental, O IFPB contempla o cumprimento disposto na Lei N° 9.795/1999, Decreto N° 4.281/2002 e Resolução



CNE/CP N° 2/2012, definidos no PDI 2015-2019, convalidado pela Resolução n° 130/2015, como política de ensino, pesquisa e extensão “...voltadas para a cultura da diversidade e direitos humanos, educação ambiental, manifestações artísticas, esportivas e culturais além da conservação da memória”. A institucionalização da Política de Educação Ambiental através da Resolução CONSUPER n° 132/2015, que trata da Política Ambiental, e da Nota Técnica DES/PRE/RE n° 001/2016, que tem como objetivo instruir os procedimentos de integração da educação ambiental às disciplinas ou componente curricular de modo transversal, contínuo e permanente, são documentos internos norteadores da política de educação ambiental, fazendo com que os princípios dessa política estejam presentes como componente ou conteúdo curricular nos cursos ofertados pelo IFPB, ora como componente curricular, ora como conteúdo interdisciplinar, contínuo e permanente. Além disso, a Instituição mantém ações permanentes de educação ambiental nos diversos *Campus* articulado com a semana meio ambiente, projetos de pesquisa e extensão geridos pelas PROEXC e PRPIPG financiados através de editais, considerando os aspectos regionais.

No *Campus* Cajazeiras, entende-se que a educação ambiental deve sensibilizar os corpos docente e discente para a prática de ações transformadoras que contribuam na prevenção e enfrentamento dos riscos globais, apoiadas numa governança democrática mais intensa, que estimule a reflexividade e a cidadania ambiental. Aprender a prevenir e enfrentar as ameaças numa sociedade de risco implica na criação de espaços de (inter)locação para novas formas de participação política e vivência da vida democrática. Assim, no *Campus* Cajazeiras, a Educação Ambiental busca fortalecer valores e ações que contribuam para a transformação humana no contexto social e para a preservação ecológica, estimulando a formação de uma sociedade socialmente mais justa e ecologicamente equilibrada, conservando a relação de interdependência e diversidade. Pautando-se nesses princípios, na área de educação ambiental, o *Campus* Cajazeiras realizou diversos projetos ao longo dos últimos anos, com este cunho.

No Curso de Engenharia Civil, a temática da política de educação ambiental, além do que já fora exposto acima em relação ao desenvolvimento de projetos (pesquisa e extensão), ainda conta com diversas disciplinas que abordam o referido



tema nas suas ementas e/ou conteúdos, são exemplos delas: Ciências do Ambiente, Instalações Hidrossanitárias Prediais, Sistemas de Esgotos e Drenagem, Hidrologia, dentre outras.

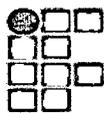
3.4.4 Ações para evitar a retenção e a evasão

No intuito de minimizar o processo de evasão e maximizar a permanência, o IFPB, através da Resolução nº40, de 06 de maio de 2011, que convalida a Resolução nº 12/2011-AR, de 25 de fevereiro de 2011 - *que dispõe sobre a aprovação da política de assistência estudantil do IFPB* - desenvolve programas de natureza assistencial, estimulando o aluno no convívio escolar. São eles:

- Programa de benefícios socioassistenciais;
- Programa de alimentação;
- Programa de atenção a saúde do estudante;
- Programa de moradia;
- Programa de iniciação ao trabalho;
- Programa de integração dos estudantes ingressos;
- Programa de material didático pedagógico;
- Programa de apoio aos estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais;
- Programa de atualização para o mundo do trabalho;
- Programa de apoio pedagógico;
- Programa de auxílio transporte;

Do ponto de vista acadêmico, os alunos são estimulados a participação e organização de congressos, palestras, seminários, encontros, simpósios, cursos, fóruns, etc. O Curso de Bacharelado em Engenharia Civil incentiva à realização de atividades extracurriculares no intuito de promover um espírito crítico e reflexivo, fatores decisivos para o desenvolvimento pessoal e profissional, envolvendo os acadêmicos em debates, projetos que primam pela iniciativa e criatividade, e possa então se transformar em um processo de construção do perfil profissional.

O *Campus* Cajazeiras ainda conta com uma infraestrutura que contém Restaurante Estudantil, Biblioteca e Laboratórios. Há de se destacar ainda, o desenvolvimento de atividades esportivas e culturais.



Ainda assim, caso seja diagnosticado um elevado número de deficiências em determinada disciplina, o curso de Engenharia Civil oferece atendimento diferenciado a estes acadêmicos através de monitores, selecionados através de processo seletivo, visando melhorar o rendimento acadêmico.

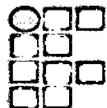
3.4.5 Acessibilidade atitudinal e pedagógica

As políticas de acessibilidade atitudinal e pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba IFPB estão definidas na Resolução nº 240/2015 emitida pelo Conselho Superior da instituição.

Este documento institucional prevê em cada *Campus* o funcionamento do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), como setor responsável pela educação especial, dotando-o de recursos humanos e materiais que viabilizem e deem sustentação ao processo de educação inclusiva. Este núcleo é regido por regulamento específico, definido pela Resolução nº 139/2015 do Conselho Superior do IFPB.

As principais ações que visam à plena inclusão de todos nas atividades acadêmicas incluem a promoção de formação/capacitação aos professores para atuarem nas salas comuns que tenham alunos com necessidades especiais, bem como de profissionais especializados, pedagogos, psicólogos, assistentes sociais e professores, para atendimento educacional especializado (AEE) aos alunos com deficiência; a inserção nos currículos das Licenciaturas, a disciplina Libras em caráter obrigatório, ministrada preferencialmente por um surdo, e nos demais cursos como disciplina optativa, a flexibilização curricular desde que não exceda 50% do tempo de integralização do curso, a inserção de práticas inclusivas nos planos pedagógicos dos cursos (PPC), a reserva em editais, das áreas de ensino, pesquisa e extensão de 10% de suas vagas para projetos com foco em políticas inclusivas, afirmativas, de gênero e/ou sustentabilidade social; a transversalização das temáticas obrigatórias referentes à diversidade e política de direitos humanos; dentre outras.

Essas políticas garantem que os professores, apoiados pelos setores pedagógicos e de inclusão, deverão, sempre que necessário, flexibilizar e adaptar o currículo, considerando o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos,



além de desenvolver metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos, ampliando o tempo de realização das avaliações.

Consideram, ainda, que os professores devem realizar atividades que favoreçam o aprofundamento e o enriquecimento de aspectos curriculares aos alunos com altas habilidades, de forma que sejam desenvolvidas suas potencialidades, permitindo a esses alunos concluir em menor tempo a educação básica.

Segundo a nossa Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205 temos que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Logo, percebe-se que a educação é direito de todos, independentemente de qualquer característica que a pessoa tenha. Então, enquanto Instituição, nós nos baseamos em promover ambientes que sejam acessíveis a todos, bem como possibilitar com a utilização de tecnologias assistivas, para o acesso pleno de todos os estudantes.

A Lei 13.146/2015 reforça o que traz a nossa Constituição, a questão de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades. Além de trazer ainda outros elementos que complementam este objetivo maior. Cabe salientar que a Educação Especial é uma modalidade da Educação que é transversal a todos os níveis e modalidades, contemplando a todos os que são público alvo desta dimensão, segundo o MEC tem como característica o atendimento de pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação.

Baseando-se nisso, a Política de Acessibilidade do IFPB destaca no seu artigo 2º: a necessidade de eliminar as barreiras arquitetônicas, urbanísticas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais ora existentes; facilitar o acesso, a circulação e a comunicação; favorecer o desenvolvimento acadêmico e social de pessoas com deficiência; coibir qualquer tipo de discriminação; proporcionar o atendimento prioritário e educacional especializado às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; assegurar a flexibilização e propostas pedagógicas



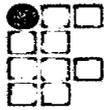
diferenciadas e, de forma muito específica, estimular a formação e capacitação de profissionais especializados no atendimento às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e com transtorno do espectro autista; assim como do corpo técnico das áreas de engenharia e arquitetura responsáveis pela elaboração e fiscalização dos projetos e obras de infraestrutura e acessibilidade, além dos profissionais das áreas pedagógica, de comunicação e de transportes responsáveis pela implantação das ações em suas respectivas áreas de atuação.

Com esse intuito, temos vários profissionais que executam serviços que possibilitem um sistema educacional inclusivo, a saber: serviços de cuidadores, leitores, tradutores e intérprete de Libras, transcritor de Braille. Além disso, temos o acompanhamento pedagógico e psicopedagógico específico para atender aos estudantes.

3.4.6 Estratégias Pedagógicas

No que diz respeito às estratégias pedagógicas, o curso prima pela máxima coerência entre o currículo e a proposta pedagógica, para tanto, toda sua estrutura está respaldada nos seguintes itens: na legislação educacional brasileira, voltada ao ensino superior e aos cursos de engenharia, que apontam quais os requisitos teóricos e metodológicos a serem seguidos para a construção do projeto pedagógico; em todo um aparato pedagógico, formado por um corpo de professores e técnicos administrativos que juntos fazem o processo de ensino e acompanhamento pedagógico; por metodologias de ensino adequadas; por um sistema de avaliação da aprendizagem e por uma estrutura física e pedagógica condizente com as necessidades de funcionamento do curso. Além disso, o currículo e a proposta pedagógica são coerentes porque apontam para o compromisso de transformação de uma pessoa (aluno) em um profissional qualificado para o mundo do trabalho permitindo que o mesmo possa se enquadrar na categoria profissional engenheiro civil.

Neste sentido, a coerência entre o currículo e a proposta pedagógica se fundamenta no respeito ao que determina a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), capítulo IV, referente ao ensino superior, onde é indicado no artigo 43 que durante o processo de formação do profissional de nível superior, se busque



priorizar como finalidade: o estímulo a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; a formação de diplomados aptos para a inserção em setores profissionais e com plenas condições de contribuir para o desenvolvimento da sociedade brasileira; o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; a promoção e a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino através de publicações ou de outras formas de comunicação; estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais e prestar serviços especializados à comunidade e ainda, estabelecer com esta, uma relação de reciprocidade e promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Para além da observância a Lei Nº 9.394, o Curso de Bacharelado em Engenharia Civil tem a sua concepção assentada a partir do perfil do egresso previsto na Resolução CNE/CES nº 11, na qual está prevista a necessidade da formação de um engenheiro com perfil generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitado a absorver e desenvolver novas tecnologias, estimulando a sua atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade. Assim, acompanhando esta indicação e visando dar conta do perfil de conclusão do egresso em engenharia civil o curso apresenta o layout da matriz curricular dividida em três núcleos de conteúdos (básicos, profissionalizantes e específicos).

O conjunto destas disciplinas, mais as atividades extracurriculares previstas no projeto pedagógico do curso representam na sua totalidade, a característica de flexibilidade do seu currículo, marcada pela relação complementar entre a verticalidade e horizontalidade do conhecimento trabalhado ao longo do curso. A verticalidade e horizontalidade do conhecimento são duas faces que se coadunam em um só corpo pedagógico para possibilitar a formação de um engenheiro civil com



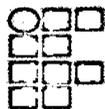
visão holística, capaz de compreender novas realidades, adquirir novos conhecimentos e intervir na sociedade tecnológica atual, em que a complexidade tecnológica caminha a passos largos e impõe diariamente diversos tipos de desafios a serem superados pela sociedade através do processo de inovação tecnológica. Neste sentido, as disciplinas do curso consideradas obrigatórias representam aqui a característica vertical do currículo, que tem como principal função possibilitar que o aluno possa se apoderar dos conhecimentos tecnológicos, humanos e sociais que são requisitos obrigatórios para qualifica-lo enquanto engenheiro civil e que ao final lhe garante a legalidade das competências e habilidades adquiridas pelo viés do diploma.

Para constituir a parte horizontal do currículo estão previstas na proposta pedagógica do curso algumas atividades como, por exemplo: a participação de alunos em projetos de pesquisa, em projetos de extensão destinados a comunidade interna e externa, em disciplinas optativas, em seminários em eventos, em atividades acadêmicas à distância, em processos de vivência profissional complementar, em estágios curriculares, congressos, palestras, cursos de qualificação, monitoria, dentre outras atividades que venham, a ser reconhecidas e indicadas pelo colegiado do curso.

Assim, é esta relação indissociável entre as partes vertical e horizontal do currículo que qualifica a coerência entre a concepção do currículo e todas as práticas pedagógicas que compõem o todo do PPC.

Como forma de fortalecer ainda mais a coerência entre as disciplinas que formam a matriz curricular e todas as demais práticas pedagógicas, o PPC adota e coloca em prática as características que estão previstas no documento: Princípios Norteadores das Engenharias nos Institutos Federais, publicado pelo Ministério da Educação em 2009. Este documento indica que os cursos de engenharia civil dos Institutos Federais devem conter em sua estrutura pedagógica os seguintes compromissos:

- Sintonia com a sociedade e o mundo produtivo, formando um profissional de qualidade que responda às necessidades apontadas pela sociedade na perspectiva do crescimento científico e tecnológico do país;

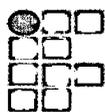


- Capacidade de diálogo global com os arranjos produtivos culturais, locais e regionais, visando intervenção na realidade, tendo como ferramenta o ato educativo contextualizado;
- Preocupação com o desenvolvimento humano sustentável, pela formação de condutas que levem a atitudes pertinentes à conservação da vida no planeta;
- O estabelecimento de metodologias que viabilizem a ação pedagógica inter e transdisciplinar dos saberes, possibilitando que o profissional da área possa lidar e resolver a complexidade dos fenômenos com que trabalha;
- A realização de atividades em ambientes de formação para além dos espaços convencionais, dando a ênfase na utilização desses ambientes de aprendizagem como forma de promover a abertura para um trabalho educativo, na perspectiva da superação, da dicotomia entre o saber e o fazer entre a teoria e a prática, o conhecimento científico e o tecnológico, bem como estabelece possibilidade de um processo educativo mais dinâmico e autônomo. Essa concepção atinge sobremaneira as atividades de campo onde se confronta a realidade tal como ela é e não apenas as práticas de laboratório onde se representam os fenômenos naturais de forma controlada;
- Promover interação entre os saberes teóricos e práticos ao longo do curso, no intuito de estabelecer relação intrínseca entre os núcleos de conhecimentos (básicos, profissionais e específicos) discriminados nas Diretrizes da Engenharia, especificadas na Resolução CNE/CES nº 11/2002, o que colabora para evitar fragmentações no currículo, da mesma forma que faz com que os estudantes vivenciem situações de aprendizagem em que os conhecimentos profissionais e específicos da área sejam aplicados ao longo de todo o curso;
- Adoção da pesquisa e da extensão como sustentadoras das ações na construção do conhecimento, visando o fortalecimento de uma relação estreita entre ensino, pesquisa e extensão, tendo como base da ação educativa. Isso, além de consolidar a postura investigativa e de permanente produção de conhecimento, possibilita a construção da autonomia dos discentes na aprendizagem, orientação e, conseqüentemente, nas atividades profissionais;



- Viabilizar a construção da autonomia dos discentes na aprendizagem, incentivando o aluno a ser um sujeito ativo no processo de ensino, pesquisa e extensão, concorrendo para um ambiente educativo mais rico e diverso;
- Promoção da mobilidade, num tempo sem limitação à produção de conhecimentos, como elemento fundamental na construção da matriz curricular em função da flexibilidade, da adaptabilidade e da interatividade dela decorrente, não apenas entre os *Campi* dos Institutos, mas também entre instituições nacionais e internacionais, tendo em vista que a imersão em culturas diversificadas possibilita acesso a diferentes formas de abordagem do conhecimento, bem como o acesso aos diferentes recursos tecnológicos e culturais aprimora o fluxo de saberes, com a consequente realimentação das instituições;
- Adoção da comparabilidade, no sentido da adoção de procedimentos que concorram para as ações de ensino, pesquisa e extensão, o que significa a busca de uma unidade que possibilite a aproximação de referenciais curriculares; a atitude dialógica entre os Institutos Federais e o estabelecimento de procedimentos de cooperação entre as ações educacionais que favoreçam o aprimoramento e a qualidade de atuação dos mesmos, enquanto uma rede social que se empenha na redução das desigualdades e na construção de um país soberano; além de conferir uma identidade para os cursos, favorece a mobilidade (intercâmbio e integração) de estudantes e de servidores, estimula procedimentos que agregam elementos à busca contínua da melhoria da qualidade da educação ofertada, uma marca histórica;
- Incentivar a integração da comunidade discente de diferentes níveis e modalidades de ensino através de ações educativas, envolvendo em sua composição estudantes de diferentes níveis e modalidades, contribuindo para a concretização do princípio da verticalização.

Por fim, vale ressaltar que os princípios da comparabilidade e da mobilidade seja intra ou interinstituições vão estar sempre em pauta no curso porque a interlocução com outras instituições nacionais e internacionais vão se concretizando em proporção e intensidade crescentes, reforçando a flexibilização necessária a



toda formação acadêmica e, em última instância vai preparando um profissional que possa trabalhar em qualquer parte do mundo e capacitar-se sempre.

3.4.7 Estratégias de Apoio ao Ensino-Aprendizagem

O IFPB através do seu PDI-2015-2019 indica que as práticas pedagógicas devem estar vinculadas também a um processo reflexivo constante por parte do professor, bem como a uma perspectiva que considere a aprendizagem como um processo dinâmico, resultado das múltiplas relações que se estabelecem entre aquele que aprende (e também ensina) e aquele que ensina ou pretende ensinar (e que igualmente aprende). Esse aspecto importante do processo ensino aprendizagem também é prioridade no PPC, que aponta da mesma forma para a obtenção do objetivo maior que é formar profissionais conscientes de sua cidadania, preocupados em transformar a realidade para se alcançar uma sociedade mais democrática, solidária e humanista.

No aspecto referente à estrutura física e de gestão da instituição, que é uma das importantes bases para viabilizar um excelente processo ensino aprendizagem, o IFPB possui uma boa estrutura física, composta por salas de aula, laboratórios diversos, espaços administrativos, acadêmicos e de esporte e lazer, que favorecem a aprendizagem dos alunos. Para tanto, segundo o PDI-2015-2019, nos *Campi* do IFPB, prevalece um modelo de política de Gestão que deve contemplar em suas ações a gestão por competências, a racionalidade, a alocação de recursos orçamentários de forma participativa e democrática, a humanização das relações e a transparência e democratização dos processos administrativos e acadêmicos. Importante frisar que, a sociedade deva ser também considerada sujeito desse conhecimento, tendo, inclusive, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas transformações.

No que diz respeito aos aspectos da avaliação da aprendizagem, há o entendimento de que se trata de um processo de reflexão coletivo e não apenas a verificação de um resultado parcial de momentos de aprendizagem. O processo de avaliação tem como seu maior objetivo buscar o desenvolvimento dos alunos nas suas várias dimensões, ou seja, domínio cognitivo, afetivo e psicomotor, capacidades motoras, a conduta, os conhecimentos e a capacidade intelectual.



Corroborando com o PDI e o PPC, consta nas Normas Didáticas para o Ensino Superior do IFPB, a orientação de que a avaliação seja compreendida como uma prática de investigação processual, diagnóstica, contínua e cumulativa, com a verificação da aprendizagem, análise das dificuldades e redimensionamento do processo ensino/aprendizagem. Neste contexto teórico e prático acerca da avaliação da aprendizagem são considerados instrumentos de verificação de aprendizagem: debates, exercícios, testes e/ou provas, trabalhos teórico-práticos, projetos, relatórios e seminários, aplicados individualmente ou em grupos, realizados no período letivo, abrangendo o conteúdo programático desenvolvido em sala de aula ou em espaços extraclasse.

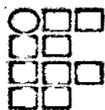
Assim, o PPC preza por um conjunto de atividades pedagógicas que promovam acima de tudo, a interação do processo educacional, tendo como meta a obtenção da eficácia pedagógica no ato de formar o profissional de engenharia civil e do cidadão, promovendo sempre a mobilização do conhecimento em torno da humanização das diversas práticas sociais.

Para o apoio psicopedagógico ao discente o Instituto conta com uma equipe multidisciplinar qualificada, possuindo um quadro de profissionais formados por cinco pedagogos(as), uma técnica em assuntos educacionais, uma psicóloga, uma assistente social, um médico clínico geral, três enfermeiros(as) e um odontólogo, em infraestrutura adequada com Gabinete Médico Odontológico.

Neste sentido, o IFPB-Campus-Cajazeiras coloca a disposição da comunidade escolar os turnos da manhã, tarde e noite, para atendimento psicopedagógico aos alunos. Os horários de atendimento são os seguintes: das 7:30 às 11:30, das 13:30 às 17:30 e das 18:00 às 22:00.

Os atendimentos realizados são feitos em salas específicas, já que a instituição oferece salas individualizadas para cada seguimento que compõe o atendimento psicopedagógico, distribuída da seguinte forma: sala da coordenação pedagógica, sala de atendimento psicológico, sala do gabinete médico e a sala da assistência social.

As atividades relativas ao atendimento psicopedagógico aos alunos são as seguintes:



- Orientação às turmas encaminhadas pelos professores ou pela coordenação do curso;
- Atendimento às dificuldades de aprendizagem;
- Realização de atendimento individual ou em grupo;
- Acompanhamento e apoio ao desempenho dos alunos durante o semestre letivo;
- Atendimento médico, odontológico e psicológico;
- Atendimento de assistência social.

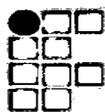
3.5 Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso está regulamentado pelo IFPB através da Resolução nº 141/2015-CS, de 02 de outubro de 2015, definindo-o como um órgão deliberativo primário e de assessoramento acadêmico.

O Colegiado de Curso é órgão da administração acadêmica dos cursos de graduação do IFPB, abrangendo corpo docente, representação pedagógica e representação discente indicado pelos alunos do referido curso. Esta representação discente é de extrema valia, pois a partir dela, o Colegiado ouve os anseios dos discentes, assim como as oportunidades de melhorias por eles sugeridas, inclusive nas reformulações do PPC.

Tem como objetivo desenvolver atividades voltadas para constante aperfeiçoamento e melhoria dos cursos superiores e é constituído pelos seguintes membros:

- I. Coordenador do curso superior, como Presidente;
- II. 4 (quatro) docentes efetivos vinculados à coordenação do curso superior, escolhidos por seus pares, para mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a recondução por mais um;
- III. 1 (um) discente, escolhido por seus pares, com seu respectivo suplente, para mandato de 1 (um) ano, sendo permitida uma recondução;
- IV. 1 (um) docente que ministre aula no curso, que seja lotado em outra coordenação, com seu respectivo suplente, para mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução;
- V. 1 (um) representante técnico-administrativo em educação



(pedagogo ou TAE), vinculado à coordenação pedagógica do *Campus*, com seu respectivo suplente para mandato de 2 anos sendo permitida uma recondução;

O colegiado de curso se reunirá, ordinariamente, uma vez por mês ou, extraordinariamente, sempre que convocado pela presidência ou pela maioria absoluta de seus membros.

No *Campus* Cajazeiras, o Curso de Engenharia Civil possui a composição atual do Colegiado designada pela Portaria nº 090/2017 de 26 de maio de 2017, composto conforme a tabela 3.

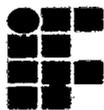
Tabela 3 - Formação do colegiado do curso.

NOME	REPRESENTAÇÃO
BRUNO DE MEDEIROS SOUZA	Coordenador do Curso (Presidente)
CÍCERO DE SOUZA NOGUEIRA NETO	Docente efetivo vinculado à Coordenação
FRANCISCO LOPES LAVOR NETO	Docente lotado noutra Coordenação
GASTÃO COELHO DE AQUINO FILHO	Docente efetivo vinculado à Coordenação
GEORGE DA CRUZ SILVA	Docente efetivo vinculado à Coordenação
KATHARINE TAVEIRA DE BRITO MEDEIROS	Docente efetivo vinculado à Coordenação
VANDA LÚCIA BATISTA DOS SANTOS SOUZA	Pedagoga
JOHN WILLIAMS FERREIRA DE SOUZA	Representação discente

3.6 Núcleo Docente Estruturante

Com base na Resolução CONAES nº 01 de 17 de junho de 2010, o Núcleo Docente Estruturante está regulamentado pelo IFPB através da Resolução nº 143/2015-CS, de 2 de outubro de 2015.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de curso de graduação constitui-se de grupo de docente, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do plano pedagógico do curso. É o órgão consultivo responsável pela concepção, acompanhamento, avaliação e atualização periódica do Plano Pedagógico dos Cursos Superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).



O Núcleo Docente Estruturante será composto por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso e terá o coordenador do curso como presidente.

O NDE se reunirá, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Presidente, uma 1 (um) vez a cada 2 (dois) meses ou de acordo com o calendário acadêmico, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou por solicitação de 1/3 dos seus membros.

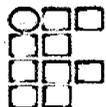
No *Campus* Cajazeiras, o Curso de Engenharia Civil possui a composição atual do Núcleo Docente Estruturante designada pela Portaria nº 089/2017 de 26 de maio de 2017, composto conforme a tabela 4.

Tabela 4 - Formação do Núcleo Docente Estruturante - NDE do Curso.

NOME	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
BRUNO DE MEDEIROS SOUZA	ESPECIALISTA	DE
CÍCERO DE SOUZA NOGUEIRA NETO	ESPECIALISTA	DE
CÍCERO JOELSON VIEIRA SILVA	MESTRE	DE
FRANCISCO LOPES LAVOR NETO	MESTRE	DE
GASTÃO COELHO DE AQUINO FILHO	MESTRE	DE
KATHARINE TAVEIRA DE BRITO MEDEIROS	ESPECIALISTA	DE
TÁSSIA DOS ANJOS TENÓRIO DE MELO	DOCTORA	DE

3.7 Coordenação do Curso

Nome:	Bruno de Medeiros Souza
Titulação:	Especialista
Regime de Trabalho	DE



3.7.1 Dados do Coordenador de Curso

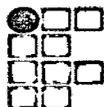
Bruno de Medeiros Souza, coordenador do curso Bacharelado em Engenharia Civil no IFPB-Cajazeiras, possui 02 especializações: Projetos de Instalações Prediais (2011) e Meio Ambiente e Gestão de Recursos Hídricos (2013), ambas pela Universidade Potiguar (UnP). É graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2008). Está em exercício na instituição, como professor, desde 03 de agosto de 2015, com regime de dedicação exclusiva e foi nomeado para Coordenador pela Portaria nº 06/2016 de 25 de janeiro de 2016.

Além da experiência acadêmica, o coordenador atuou na Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN) de novembro/2010 a julho/2015 nas coordenações das unidades de operação e manutenção de águas e esgotos da Regional do Seridó, a qual engloba 23 cidades.

3.8 Prática Profissional

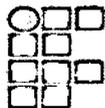
O estágio e a prática profissional sem dúvida são elementos pedagógicos de grande relevância para a formação do futuro profissional de engenharia civil, isso porque respectivamente existe uma relação de complementação em que na prática profissional o aluno durante o curso vivencia experiências através da interação com o conhecimento em que desenvolvem atividades diretamente ligadas às competências e habilidades de cunho prático e simuladas que são inerentes a condição profissional do engenheiro civil, além disso, tem a oportunidade de fazer o estágio integralizando assim todas as cargas horárias do curso que são necessárias para a formação do engenheiro civil.

Desta forma, o estágio e a prática profissional representam realmente algo significativo para a formação integral do aluno, pois aparece enquanto uma oportunidade real de crescimento pessoal e principalmente profissional porque permite que o mesmo possa colocar em prática todo o conhecimento teórico e prático que adquiriu durante a graduação, podendo atuar no campo de estágio com situações reais trabalhando em: projetos de engenharia, obras civis, construtoras, empresas de consultoria, e em instituições públicas e privadas dentre outras atividades de competência da engenharia civil.



Essa estreita relação entre a teoria e a prática no curso é uma questão fundamental para qualificar a formação profissional do aluno em qualquer área do conhecimento e como não poderia deixar de ser, no Curso de Engenharia Civil se tem essa relação como prioridade, para tanto, os alunos ao longo do curso estarão constantemente em contato com diversas atividades acadêmicas reais e simuladas proporcionadas pelas disciplinas que visam dar ao aluno a possibilidade de construir competências e habilidades tais como: análise de projetos de instalações hidrossanitárias, elétricos, arquitetônicos, levantamento de quantitativo de materiais, orçamento de obras, memorial descritivo de terrenos, projetos de terraplanagem, desenvolvimento de atividades práticas como a utilização do software AutoCad, levantamentos topográficos, realização de locação de obras, acompanhamento de execução de alvenaria, utilização de madeira e aço nas estruturas de concreto armado, execução e lançamento do concreto e de pintura uso dos equipamentos de realização de ensaios dos materiais, trabalho de campo em equipe, interpretação de projetos de redes públicas de drenagem de águas residuais, leitura e interpretação de projetos, elaboração de esboços, desenhos, plantas, trabalho com pesquisa, exercícios e atividades de laboratório, participação na Empresa Junior, participação em visitas técnicas, contato com o mercado de trabalho, participação em atividades de extensão, aulas práticas, com acompanhamento com o professor em canteiro de obras, monitoria, treinamento, atividades de extensão, palestras, debates, mesa redonda, congressos, simpósios, seminários, consultas a bibliotecas e centros de documentação, visitas a instituições educacionais e culturais dentre outras.

Para buscar assegurar essa relação quanti-qualitativa entre a prática profissional e o estágio, o curso conta com o envolvimento de atores importantes como: gestores, professores, técnico-administrativos, empresas parceiras, pais e os próprios alunos, agregando valores fundamentais a concepção dos alunos em relação a importância do seu empenho, dos estudos e do curso de engenharia civil o que sem dúvida irá contribuir em muito para uma ótima performance de sua formação enquanto futuro engenheiro civil.



3.9 Estágio Curricular Supervisionado

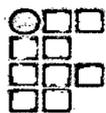
A política institucional do IFPB, no que se refere ao regulamento dos estágios dos cursos de educação profissional técnica de nível médio e do ensino superior está prevista no PDI 2015-2019, e compreendem atividades práticas, atividades complementares e Estágio Curricular, todos previstos nos respectivos PPC's. O Estágio Curricular no IFPB tem caráter obrigatório para todos os cursos de nível técnico e de graduação, quando previsto no PPC, visam à complementação do processo ensino-aprendizagem e tem como finalidades:

- Possibilitar o desenvolvimento de competências, habilidades e conhecimentos inerente ao mundo do trabalho contemporâneo e ao exercício da cidadania;
- Assimilar no mundo do trabalho a cultura profissional da sua área de formação acadêmica;
- Desenvolver uma visão de mundo e de oportunidades no âmbito da profissão;
- Contribuir na avaliação do processo pedagógico de sua formação profissional.

Para viabilizar a política de estágio o IFPB possui, em cada um de seus *Campi*, um setor dedicado à administração dos estágios e das ofertas de empregos, denominado Coordenação de Estágios, com a responsabilidade de prospectar e firmar parcerias com empresas e instituições concedentes de oportunidades de estágio/emprego.

Para que o aluno possa se matricular no estágio curricular existe a necessidade de se observar as seguintes exigências:

- Que se elabore um termo de convênio, celebrado entre a organização cedente e o IFPB, em que acordam as condições de realização do estágio;
- Que exista um termo de compromisso, celebrado entre o estagiário e a organização cedente, com a interveniência da Instituição de Ensino, regulamentando as atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário;
- O estágio deverá ser realizado em organizações públicas, privadas ou do terceiro setor, devidamente conveniadas com o IFPB, que apresentem condições de proporcionar experiência prática na área de formação do estudante, ou desenvolvimento sociocultural ou científico, pela participação em situações de vida e de trabalho no seu meio. Além disso, o estágio poderá



ser realizado no próprio IFPB, desde que a atividade desenvolvida assegure o alcance dos objetivos previstos nas suas diferentes modalidades.

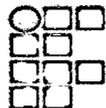
O estágio supervisionado terá uma duração mínima de 160 horas, realizados de forma contínua, e possui como pré-requisito, no mínimo, a integralização de 170 créditos por parte do aluno. No mais o aluno deverá observar as seguintes determinações adicionais contidas nas Normas de Estágio do IFPB:

- A data de assinatura do instrumento jurídico firmado entre o IFPB, a Unidade Concedente do Estágio e o Estudante é aquela a partir da qual a duração do estágio é contabilizada;
- O estudante que deixar de cumprir as atividades de estágio nas datas previstas e divulgadas pela Coordenação de Curso perderá o direito de participar do evento de avaliação do estágio naquele período letivo.
- A jornada diária do Estágio será compatível com o horário escolar do estudante e não pode prejudicar suas atividades escolares, não devendo exceder seis horas diárias e trinta horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior e da educação profissional.
- O Estágio não poderá exceder a duração de 2 (dois) anos em uma mesma Unidade Concedente de Estágio, exceto quando se tratar de estagiário com deficiência.

Por fim, o estágio curricular ofertado no PPC atende ao que determina a Resolução CNE/CES nº 11, especificamente no seu artigo 7º, quando torna o estágio como um componente curricular obrigatório, com supervisão direta da instituição através de um professor orientador, avaliado por relatórios técnicos e por estar com a carga horária mínima de 160 horas, como determina a resolução supracitada.

3.9.1 Acompanhamento do Estágio

O Estágio Curricular do Curso será realizado em organizações públicas, privadas ou do terceiro setor, devidamente conveniadas com o IFPB, que apresentem condições de proporcionar experiência prática na área de formação do aluno, ou desenvolvimento sociocultural ou científico, pela participação em situações



de vida e de trabalho no seu meio. No IFPB-*Campus*-Cajazeiras, o acompanhamento do aluno estagiário é feito pela Coordenação de Estágios e Relações Empresariais (CERE) que estabelece os seguintes procedimentos como requisitos para a efetivação do estágio curricular:

- No período de matrícula que ocorre no início do semestre letivo o aluno pode se matricular no componente curricular Estágio Obrigatório, desde que já tenha cumprido a carga horária mínima exigida no curso;
- Solicitar a Coordenação de Estágios e Relações Empresariais (CERE) os documentos necessários para iniciar o estágio;
- Preencher a ficha de cadastro pessoal.

As seguintes exigências devem ser observadas pela instituição de ensino, pela empresa cedente e pelo aluno estagiário:

- O estabelecimento do Termo de Convênio, celebrado entre a organização cedente e o IFPB-*Campus*-Cajazeiras em que acordam as condições de realização do estágio;
- O Termo de Compromisso, celebrado entre o estagiário e a empresa cedente, com a interveniência da Instituição de Ensino, regulamentando as atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário;
- A aceitação como estágio do exercício das atividades dependerá do parecer emitido pelo Colegiado de Curso, que levará em consideração o tipo de atividade desenvolvida e a sua contribuição para a formação profissional do estudante;
- O aluno deve elaborar um plano de estágio;
- A Unidade Concedente de Estágio poderá oferecer auxílio ao estagiário, mediante pagamento de bolsa ou qualquer outra forma que venha a ser acordada entre as partes, respeitando-se a legislação em vigor;
- O seguro contra acidentes pessoais deverá ser contratado pela Unidade Concedente de Estágio, diretamente ou através da atuação conjunta com Agentes de Integração.



Após esta etapa a CERE juntamente com o Coordenador do Curso de Engenharia Civil designarão o professor responsável pelo acompanhamento e orientação das atividades a serem desenvolvidas pelo aluno estagiário.

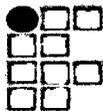
No Campo de estágio o aluno passa pelos seguintes acompanhamentos e orientações que são feitos pelo IFPB-*Campus*-Cajazeiras e pela empresa cedente do estágio:

- A empresa cedente designa um profissional para atuar como supervisor de estagiário para verificar e acompanhar a assiduidade, o controle do horário através do registro de frequência e enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, um relatório de atividades;
- O Coordenador do Curso de Engenharia Civil supervisiona o desenvolvimento das atividades do estagiário e, juntamente com a CERE, pode criar e reformular instrumentos que possam avaliar o aluno no campo de estágio;
- O aluno terá o acompanhamento técnico de um professor orientador no IFPB-*Campus*-Cajazeiras e na empresa concedente do estágio, através de visitas periódicas durante o período de realização do estágio. Neste trabalho o professor orientador acompanhará a elaboração e avaliará o Relatório de Estágio.

Durante a execução do estágio curricular na empresa cedente o aluno passa por todo um processo de avaliação que conta dos seguintes itens:

- Recebimento de visita do professor orientador de estágio na empresa cedente do estágio, incluindo reunião com o supervisor de estágio da empresa;
- Apresentação do Relatório de Estágio contendo as atividades desenvolvidas e as avaliações realizadas;
- Participação em reunião no IFPB-*Campus*-Cajazeiras com o professor orientador de Estágio, quando transcorridas aproximadamente 100 (cem) horas.

Além destes aspectos, na avaliação das atividades desenvolvidas pelo estudante, serão consideradas:



- A compatibilidade das atividades desenvolvidas com o PPC e com o plano de estágio;
- A qualidade e eficácia na realização das atividades;
- A capacidade inovadora ou criativa demonstrada através das atividades desenvolvidas e a capacidade de adaptar-se socialmente ao ambiente.

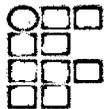
Por fim, concluído o Estágio Curricular Obrigatório, o aluno terá 60 (sessenta) dias para entrega o Relatório de Estágio, sendo exigido, como aproveitamento mínimo para aprovação, a obtenção da nota 70 (setenta).

3.10 Trabalho de Conclusão de Curso

No curso de Engenharia Civil o TCC corresponde a uma carga horária total de 67 horas, sendo esta dividida em dois componentes curriculares, que são a disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso I – TCC I”, que tem como objetivo instruir os alunos quanto às normas e procedimentos para a realização do TCC, a elaboração da proposta de projeto a ser desenvolvido no TCC II, além do aceite do possível docente orientador. O componente curricular “Trabalho de Conclusão de Curso II – TCC II” corresponde ao próprio desenvolvimento e apresentação do trabalho.

A política institucional que regulamenta o trâmite legal referente a realização obrigatória do Trabalho de Conclusão de Curso -TCC, esta prevista nas Normas Didáticas do Ensino Superior do IFPB (CS nº 03F/2009), que Regulamenta o Trabalho de Conclusão de Curso para as diversas modalidades de cursos superiores ofertados pelo IFPB como os de tecnologia, licenciatura e bacharelado, bem como, no PDI, definido como um componente curricular obrigatório para os cursos de graduação e tem os seguintes objetivos a serem seguidos:

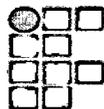
- Desenvolver a capacidade de aplicação dos conceitos e teorias adquiridas durante o curso de forma integrada por meio da execução de um projeto de pesquisa e desenvolvimento;
- Desenvolver a capacidade de planejamento e de disciplina para resolver problemas no âmbito das diversas áreas de formação;



- Estimular o espírito empreendedor por meio da execução de projetos que levem ao desenvolvimento de produtos;
- Intensificar a extensão universitária por intermédio da resolução de problemas existentes nos diversos setores da sociedade;
- Estimular a interdisciplinaridade;
- Estimular a inovação tecnológica e estimular a construção do conhecimento coletivo.

Assim o TCC é componente obrigatório que oportuniza ao aluno produzir uma síntese dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso em consonância com Resolução CNE/CES nº 11, especificamente no que está determinado no seu artigo 7º- Parágrafo único, onde fica definido que é obrigatório o trabalho final de curso como atividade de síntese e integração de conhecimento. Neste sentido, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pode ser desenvolvido nas seguintes modalidades: um Projeto de Pesquisa, que consiste em uma pesquisa em sentido estrito, na qual se busca o conhecimento das causas de um fenômeno natural e/ou social. Como tal poderá ser uma pesquisa bibliográfica, laboratorial e/ou de campo, devendo resultar em uma monografia ou um Projeto de Implementação, consistindo em uma pesquisa em sentido lato, na qual se busca encontrar uma resposta prática para um problema técnico-profissional, tecnológico ou técnico-científico, podendo demandar, para o seu desenvolvimento, uma etapa de pesquisa prévia (bibliográfica, laboratorial e/ou de campo), tendo em vista alcançar suas etapas subsequentes.

No que diz respeito ao seu formato metodológico o TCC deverá ser apresentado segundo a estrutura formal de uma monografia, podendo vir também sob a forma de relatório de projeto, seguido dos resultados complementares (plano de negócio, protótipos e instrumentos desenvolvidos, ferramentas audiovisuais criadas, metodologias inventadas ou desenvolvidas, etc.). Além disso, o TCC poderá ter outra estrutura metodológica não prevista aqui no PPC, no entanto, a nova proposta de formatação, para ser utilizada, precisa ser reconhecida e autorizada pelo Colegiado do Curso.



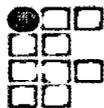
3.10.1 Acompanhamento do Trabalho de Conclusão de Curso

O acompanhamento dos discentes no TCC será feito por um docente orientador escolhido pelo discente ou designado pelo docente responsável pelo TCC, observando-se sempre a área de conhecimento em que será desenvolvido o projeto, a área de atuação e a disponibilidade do docente orientador. Para tal é preciso observar e adotar os seguintes procedimentos:

- Se houver necessidade, poderá existir a figura do co-orientador, para auxiliar nos trabalhos de orientação e/ou em outros que o orientador indicar, desde que aprovados pelo coordenador de curso.
- A mudança de orientador, quando houver, deverá ser solicitada por escrito e aprovada pelo coordenador de curso e pelo docente responsável pelo TCC.
- O acompanhamento dos Projetos de Graduação será feito através de reuniões periódicas, no mínimo uma por mês, previamente agendadas entre docente orientador e orientando(s), devendo o cronograma ser apresentado ao docente responsável pelo TCC, até 20 (vinte) dias letivos após a aprovação da proposta.
- Após cada reunião de orientação deverá ser atualizada a ficha de acompanhamento do TCC, descrevendo de forma simplificada os assuntos ali tratados, deverá ser assinado pelos(s) discente(s) pelo docente orientador e, arquivada na pasta de acompanhamento do TCC.
- É obrigatória a participação do(s) discente(s) em pelo menos 75% das reuniões de orientação.

O tema para o TCC deve estar inserido em um dos campos de atuação do curso do discente, devendo ser apresentado na avaliação de propostas de TCC. Para tal é importante observar os seguintes procedimentos:

- A avaliação da proposta de TCC será realizada em evento específico, agendado de acordo com a(s) inscrição(ões) da(s) propostas, pela coordenação de curso;
- A proposta de TCC deve ser apresentada decorridos, no máximo, 20 (vinte) dias do início do semestre;



- A não apresentação da proposta de TCC para avaliação implicará a impossibilidade de matrícula e conseqüente trancamento na disciplina de TCC.

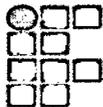
A avaliação da proposta de TCC será feita por uma banca composta pelo docente orientador do trabalho, por um docente indicado pela coordenação de curso, pelo docente responsável pelo TCC e/ou coordenador de curso, no mínimo. As propostas de TCC serão avaliadas com base nos seguintes critérios:

- A delimitação do tema;
- Definição do problema;
- Justificativa;
- Objetivos;
- Metodologia;
- Relevância, inovações apresentadas ou utilidade prática do projeto;
- Cronograma de execução;
- Custos, condições e materiais disponíveis;
- O cronograma de execução, incluindo a defesa, deverá ser inferior ao prazo máximo de conclusão do curso, a contar da data da divulgação do resultado da avaliação da proposta, e não poderá exceder 06 (seis) meses de execução.

A defesa do TCC será realizada em evento público específico, cuja data, horário e local serão informados em edital da Coordenação de Curso seguindo os seguintes critérios:

- A critério do Colegiado do Curso, pode ser realizada uma Pré-Defesa, que consiste numa avaliação do Trabalho Final, realizada por 02 (dois) docentes da área, excetuando-se o orientador;
- Não será permitida a manifestação do público, excetuando nas ocasiões em que for facultada a palavra, com a anuência dos componentes da banca.

A banca de defesa do TCC será composta, no mínimo, pelo orientador do trabalho e por 02 (dois) docentes. No caso de Projetos de Implantação, a banca pode contar com um profissional externo da área afim indicado pelo orientador.



Para participar da defesa do TCC, o discente deverá inscrever-se, junto à respectiva coordenação de curso. A coordenação de curso terá um prazo de 15 (quinze) dias para marcar a defesa do TCC, excetuando-se os períodos de férias docentes.

No ato da inscrição para a defesa do TCC, o discente deverá entregar pelo menos 3 (três) cópias do trabalho final (sob a forma de monografia, projeto, estudo de casos, desenvolvimento de instrumentos, equipamentos, memorial descritivo de protótipos, entre outras, de acordo com a natureza), conforme estrutura definida na proposta de TCC aprovada.

Na elaboração do trabalho final, devem ser seguidas as recomendações especificadas nas normas vigentes da ABNT. Discentes reprovados na defesa deverão apresentar nova proposta de projeto para avaliação. O trabalho que contemplar mais de um discente deverá ser avaliado individualmente, observando a competência de cada um no projeto, conforme apresentado para apreciação, na avaliação de propostas de TCC. Após 30 (trinta) dias da defesa do TCC, o discente deverá entregar 01 (uma) cópia corrigida e encadernada ao docente orientador de TCC, juntamente com uma versão eletrônica do trabalho.

Compete ao Coordenador de curso:

- Proporcionar aos docentes orientadores horários para atendimento às atividades de TCC;
- Homologar o nome do docente responsável pelo TCC e também do docente orientador;
- Designar substituto do docente responsável pelo TCC, quando do impedimento deste;
- Participar da avaliação das propostas de Projetos de Graduação, quando do impedimento do docente responsável pelo TCC;
- Definir, juntamente com o Docente Responsável pelo TCC, locais, datas e horários para realização do Evento de Avaliação e Defesa dos Projetos de Graduação.

Compete ao Docente Responsável pelo TCC:



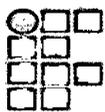
- Apoiar o Coordenador de Curso no desenvolvimento das atividades relativas ao TCC;
- Promover reuniões de orientação com discentes e docentes orientadores;
- Realizar visitas às empresas com o objetivo de acompanhar o TCC, quando essas estiverem sendo desenvolvidas em empresas;
- Designar substitutos dos docentes orientadores, quando do impedimento destes;
- Definir, juntamente com a Coordenação de Curso, datas limites para entrega de projetos, relatórios; marcar e divulgar data de defesa dos Projetos de Graduação;
- Coordenar a avaliação de propostas de TCC;
- Participar da avaliação de propostas de TCC;
- Efetuar o lançamento das notas finais do TCC no Sistema Acadêmico.

Compete ao Docente Orientador:

- Orientar o discente na elaboração da proposta do TCC bem como do trabalho final;
- Acompanhar o desenvolvimento do projeto;
- Participar da banca examinadora de avaliação da proposta e da defesa do TCC;
- Realizar visitas às empresas em que o discente esteja desenvolvendo o TCC;
- Participar de reuniões sobre os TCC com a Coordenação de Curso e/ou com o Docente Responsável pelo TCC.

Compete ao Discente:

- Efetuar o pedido de matrícula da disciplina TCC no Sistema de Controle Acadêmico, atendendo aos prazos fixados nos Editais de Matrícula;
- Elaborar projeto de proposta de TCC;
- Respeitar as normas técnicas de elaboração de trabalhos, monografias e artigos científicos;
- Apresentar a proposta de TCC para avaliação;
- Conduzir e executar o TCC;
- Redigir e defender o trabalho final;



- Entregar cópia corrigida do trabalho final;
- Tomar ciência e cumprir os prazos estabelecidos pela Coordenação de Curso.

3.11 Atividades Complementares

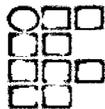
Institucionalmente, as Atividades Acadêmicas Curriculares Complementares - AACC são disciplinadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº 9.394/96, pela Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007 e Parecer CNE/CES Nº 39/2008 aprovado em 06 de agosto de 2008.

É considerada atividade complementar toda ação que possibilite o aproveitamento, por avaliação de atividades, habilidades, conhecimentos e competências do aluno, incluindo estudos e práticas independentes realizadas sobre formas distintas, como: monitorias, programas de iniciação científica, programas de extensão, estudos complementares, congressos, seminários, cursos e outros.

Para tanto, as atividades complementares podem acontecer no ambiente acadêmico ou em outro ambiente que se constitua meios científicos e profissionais, bem como os relacionados ao mundo do trabalho.

Define-se ainda Projeto Curricular como a formalização do currículo de determinado curso pela instituição em um dado momento. Na nova definição de currículo, destacam-se três elementos fundamentais para o entendimento da proposta aqui apresentada. Em primeiro lugar, enfatiza-se o conjunto de experiências de aprendizado. Entende-se, portanto, que Currículo vai muito além das atividades convencionais de sala de aula e deve considerar atividades complementares, tais como iniciação científica e tecnológica, programas acadêmicos amplos, a exemplo de programas de extensão universitária, visitas técnicas, eventos científicos, além de atividades culturais, políticas e sociais, dentre outras, desenvolvidas pelos alunos durante o curso de graduação. Essas atividades complementares visam ampliar os horizontes de uma formação profissional, proporcionando uma formação sociocultural mais abrangente.

De acordo com a resolução contida nas normas didáticas do IFPB para o ensino superior, o acompanhamento das atividades complementares deve seguir a seguinte normatização:



- A coordenação do curso publicará, a cada semestre, uma relação contendo todas as Atividades Complementares ofertadas para o período em curso, indicando a carga horária prevista e o número de vagas disponíveis;
- O aluno deve solicitar ao professor orientador de atividades complementares a sua inscrição nas atividades complementares, que será efetuada em formulário apropriado;
- No final da atividade, o aluno entrega ao professor orientador de atividades complementares uma cópia do documento comprobatório de sua participação;
- O professor orientador de atividades complementares procederá o registro da atividade no sistema acadêmico;
- Todas as atividades complementares desenvolvidas pelo aluno serão relacionadas no seu histórico escolar, no campo apropriado;
- O registro acadêmico em atividades complementares se fará por meio da indicação da carga horária, não sendo passível de nota numérica;
- Em caso de mudança de curso haverá reavaliação das atividades consideradas para a computação das atividades complementares;
- A carga horária total cursada pelo aluno é composta pela carga horária em disciplinas (incluindo o TCC) adicionada a carga horária de estágio curricular e todas as atividades complementares desenvolvidas ao longo do curso.

3.11.1 Acompanhamento das Atividades Complementares

O PPC segue a determinação prevista nas normas didáticas do ensino superior da instituição e exige do aluno o cumprimento de 100 horas de atividades complementares para a integralização do currículo obrigatório mínimo, contabilizadas e comprovadas de acordo com a Tabela 5. A validação de cada atividade complementar supracitada e desenvolvida pelo aluno deve ser submetida à aprovação pelo colegiado através de processo protocolado aberto pelo discente, e uma vez aprovado, compete ao coordenador do curso enviar as informações para a coordenação de controle acadêmico para o devido registro.



Tabela 5 - Contabilidade da Carga Horária das Atividades Complementares.

DISCRIMINAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS CURRICULARES COMPLEMENTARES	HORAS POR ATIVIDADE	
	Participação por atividade	Limite Máximo
1. ATIVIDADES DE ENSINO E TÉCNICO CIENTÍFICAS		
1.1 Visitas técnicas com apresentação de relatórios ou diário de campo.	5h (1 visita)	30h
1.2 Trabalhos publicados em livros, revistas e periódicos nacionais, na área de graduação, com apresentação de comprovação da publicação.	20h por trabalho	60h
1.3 Trabalhos publicados em livros, revistas e periódicos internacionais na área de graduação, com apresentação da comprovação da publicação.	40h por trabalho	60h
1.4 Trabalhos apresentados em eventos municipais	5h por trabalho	30h
1.5 Trabalhos apresentados em eventos regionais	10h por trabalho	50h
1.6 Trabalhos apresentados em eventos nacionais	15 h por trabalho	60h
1.7 Trabalhos apresentados em eventos internacionais.	20h por trabalho	80h
1.8 Resumos publicados em anais.	5h Por resumo	20h
1.9 Trabalhos completos publicados em anais	10h por trabalho	50h
1.10 Cursos realizados em áreas afins, com apresentação de certificados.	Nº de horas	60h
1.11 Cursos realizados em áreas afins, com apresentação de certificados, atestados ou outro documento.	Nº de horas	60h
1.12 Estudos de Línguas realizados durante a graduação, dentro ou fora da instituição.	10h por semestre concluído	60h
1.13 Cursos à Distância e/ou presencial em outras áreas – com apresentação de certificados.	Nº de horas	30h
2 - ATIVIDADES ASSISTIDAS		
2.1 - Semana acadêmica.	Nº de horas	20h
2.2 – Congressos.	Nº de horas	30h
2.3 – Seminários.	Nº de horas	30h
2.4 – Fóruns.	Nº de horas	30h
2.5 – Simpósios.	Nº de horas	60h
2.6 – Palestras.	Nº de horas	30h
2.7 – Exposições.	Nº de horas	30h
2.8 – Encontros	Nº de horas	60h
2.9 – Minicursos	Nº de horas	30h
2.10 – Oficinas	Nº de horas	60h
3 - ATIVIDADES DE EXTENSÃO		
3.1 Participação em Semanas de Artes, Letras, Museu, Ciência e Tecnologia e Mostra de Cinema, comprovada através de certificados e outros documentos hábeis, internos ou externos.	Nº de horas	60h
3.2 Atividades esportivas e culturais.	Nº de horas	60h
3.3 Obtenção de prêmios.	10h por prêmio	50h.
3.4 Programas de extensão desenvolvidos no âmbito da instituição ou em outras instituições, em comunidades, organizações não governamentais, conselhos sociais, conselhos comunitários e agências de fomento.	Nº de horas	60h
3.5 Participação em projetos de ação social.	Nº de horas	60h
3.6 Participação em projetos PIBID e PROBEXT	60h	120h
4 - ATIVIDADES DE PESQUISA		
4.1 Participação em programas de iniciação científica (PIBIC)	60h por semestre	120h



4.2 Participação em pesquisa e projetos institucionais, com duração mínima de 1 (um) ano e máxima de 2 (dois) anos, com apresentação de relatório.	60h por semestre	120h
4.3 Participação em grupos de estudo, orientada por docentes, por período mínimo de 1 semestre.	15h por semestre	30h
5 - ATIVIDADES DE VIVÊNCIA ACADÊMICA PROFISSIONAL COMPLEMENTAR		
5.1 Estágio voluntário ou remunerado na área específica de formação, com certificados e relatórios.	20h por semestre	30h
5.2 Participação em monitorias, certificadas por um professor.	Nº de horas por semestre	90h
5.3 Ministração de palestras com plano de trabalho e declaração da instituição solicitante, até duas por semestre.	Nº de horas de palestra.	30h
5.4 Cursos complementares de aprofundamento da formação profissional, com participação comprovada por certificado, atestado ou outro documento.	Horas do curso	30h
5.5 Representação no Colegiado	20 h por semestre	60h
5.6 Representação de CA.	20 h por semestre	60h
5.7 Representação de DCE.	20 h por semestre	
5.8 Produção de material didático pedagógico (jogos, softwares e outros para o ensino de Matemática)	20h por produção	90h

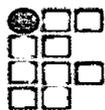
3.12 Sistema de avaliação do processo Ensino Aprendizagem

O sistema de avaliação do processo de ensino aprendizagem da Instituição, assim como seus detalhes: critérios de aprovação; critérios de reprovação; prazos a serem cumpridos; recursos; revisão do instrumento de avaliação; etc. são norteados e estão contemplados pelo Regimento Didático dos Cursos Superiores, Resolução “*ad referendum*” de 21 de novembro de 2016.

A avaliação será compreendida como uma prática de investigação processual, diagnóstica, contínua e cumulativa da aprendizagem, de forma a garantir a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e o redimensionamento da prática educativa.

A avaliação da aprendizagem, realizada ao longo do período letivo, em cada disciplina, ocorrerá por meio de instrumentos adequados, buscando detectar o grau de progresso do discente, compreendendo: apuração de frequência às atividades didáticas e avaliação do aproveitamento acadêmico.

Entende-se por frequência as atividades didáticas, o comparecimento do discente às aulas teóricas e práticas, aos estágios supervisionados, aos exercícios de verificação de aprendizagem previstos e realizados na programação da disciplina. O discente estará obrigado a participar de pelo menos 75% da carga horária prevista na disciplina.



O rendimento acadêmico deverá refletir o acompanhamento contínuo do desempenho do discente em todas atividades didáticas, avaliadas através de exercícios de verificação.

São considerados instrumentos de verificação de aprendizagem os debates, exercícios, testes e/ou provas, trabalhos teórico-práticos, projetos, relatórios e seminários, aplicados individualmente ou em grupos, realizados no período letivo, abrangendo o conteúdo programático desenvolvido em sala de aula ou extra-classe, bem como o exame final.

As notas serão expressas numa escala de 0 (zero) a 100 (cem).

No início do período letivo, o(a) docente informará a seus discentes sobre os critérios de avaliação, a periodicidade dos instrumentos de verificação de aprendizagem, a definição do conteúdo exigido em cada verificação, os quais deverão estar contidos no plano de ensino da disciplina. O(a) discente terá direito à informação sobre o resultado obtido em cada instrumento de verificação de aprendizagem realizado, cabendo ao(à) docente da disciplina disponibilizá-los no Sistema Acadêmico ou protocolar, datar, rubricar e providenciar a aposição do documento referente aos resultados do instrumento de verificação de aprendizagem, em local apropriado, seguindo os prazos listados no Regimento Didático em vigor.

O número de verificações de aprendizagem, durante o semestre, deverá ser no mínimo de:

- a) 02 (duas) verificações para disciplinas com até 50 h;
- b) 03 (três) verificações para disciplinas com mais de 50 h.

O discente que não atingir a média mínima de 40 (quarenta) nos instrumentos de verificação da aprendizagem terá a média obtida no semestre como nota final do período, não tendo direito a avaliação final.

O discente que obtiver média igual ou superior a 70 (setenta) e frequência de no mínimo 75% será aprovado por média na disciplina.

Terá direito a avaliação final o discente que obtiver média igual ou superior a 40 (quarenta) e inferior a 70 (setenta), registrados nos instrumentos de verificação de aprendizagem, além de no mínimo de 75% de frequência na disciplina.



Após a avaliação final, considerar-se-á aprovado na disciplina o discente que obtiver média maior ou igual a 50 (cinquenta).

Para o aluno que prestou a avaliação final, a média final das disciplinas será obtida através da seguinte expressão:

$$MF = (6.MS+4AF)/10, \text{ onde}$$

MF = Média Final

MS= Média Semestral

AF = Avaliação Final

Considerar-se-á reprovado na disciplina o discente que:

- a) Obter frequência inferior a 75% da carga horária prevista para cada disciplina;
- b) Obter média semestral menor que 40 (quarenta);
- c) Obter média final inferior a 50 (cinquenta), após a avaliação final.

Será garantido ao (à) discente o direito de solicitar revisão de instrumento de verificação de aprendizagem escrito, até 2(dois) dias úteis, após a divulgação e revisão dos resultados pelo (a) docente da disciplina, mediante apresentação de requerimento à Coordenação do Curso, especificando o(s) critério(s) não atendidos bem como os itens e aspectos a serem revisados.

O pedido será aceito mediante a confirmação de que o(a) requerente participou da aula em que o(a) docente discutiu os resultados do exercício de verificação da aprendizagem, exceto nos casos em que não tenha sido cumprido este requisito.

A revisão do instrumento de avaliação seguirá rigorosamente os trâmites estipulados no Regimento Didático dos Cursos Superiores, Resolução “*ad referendum*” de 21 de novembro de 2016.

3.13 Tecnologias de Informação e Comunicação

Em 2016, a Instituição lançou o novo Portal do IFPB, contendo na sua homepage o Portal da Transparência, Portal do Estudante, Portal do Servidor, Portal



da T.I e Acessos a Sistemas. Através destes, servidores, alunos e sociedade tem acesso a diversos documentos da Instituição, como por exemplo, Resoluções do CONSUPER, Estatuto, Regimento Geral, PPI, PDI, Relatórios de Avaliações Internas e Externas, Atas de Reuniões diversas, dentre outros. Quanto ao Portal do Estudante, o mesmo representa um marco importante na gestão das informações e de acesso a comunidade interna e externa, disponibilizando as informações dos cursos ofertados pela Instituição.

O IFPB tem sistematicamente atuado através de Programas Institucionais de incentivo a pesquisa e extensão com bolsas para professores e alunos no desenvolvimento de aplicações de métodos e tecnologias educacionais que proporcionem a interdisciplinaridade e a integração de conteúdos acadêmicos na educação profissional, tecnológica e na educação básica.

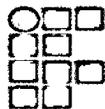
Além de aulas expositivas apresentadas em Slides com auxílio de Datashow, Notebooks e tablets (estes últimos, disponibilizados aos professores deste *Campus*), seminários, etc.

Os alunos também dispõem de laboratórios de informática, inclusive com softwares específicos dedicados ao Curso de Engenharia Civil, e acesso à internet no *Campus*, inclusive por rede wi-fi, facilitando a pesquisa para o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos.

O IFPB realiza anualmente eventos esportivos e científicos, nos quais os alunos têm a oportunidade de publicar pesquisas, vivenciar a prática de exercícios, e também, o gerenciamento destas atividades.

O IFPB disponibiliza ainda a comunidade o Repositório Digital e o Portal de Periódicos, onde neste último se tem acesso a: "Revista Práxis: saberes de extensão" e Revista Principia: pesquisa científica e tecnológica" estimula a produção de conhecimento científico proveniente de programas internos de pesquisa e extensão. Com essas ações, o IFPB amplia a visibilidade do conhecimento acadêmico produzido. Importante também registrar a Editora do IFPB, que mantém a oferta de publicações impressas e digitais dos seus pesquisadores.

O IFPB disponibiliza uma grande gama de tecnologias voltadas à educação, ficando o professor responsável por escolher quais os melhores instrumentos para



cada ocasião, buscando sempre a otimização do aprendizado. Sejam algumas das tecnologias empregadas:

- - Sites técnicos;
- - Material didático digital desenvolvido pelo próprio docente;
- - Redes sociais de uso Geral/Profissional;
- - Site de buscas para livros disponíveis na Biblioteca;
- - Livros;
- - Lousa;
- - Canetas;
- - Projetores;
- - Computadores;
- - Softwares de uso profissional voltados para projeto e simulação;

Além disso, existem outras tecnologias de informação voltadas para suporte de atividades docentes, como o Q-Acadêmico e o SUAP. Ambos permitem funcionalidades tanto em nível de aprendizagem, quanto de administração de ensino, cadastrando aulas, chat, armazenando notas dos alunos, rastreando processos administrativos e armazenando materiais didáticos em formato digital.



4. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

4.1. Espaço Físico Existente

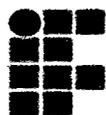
O IFPB *Campus* Cajazeiras disponibiliza para o Curso de bacharelado em Engenharia civil diversas instalações (laboratórios, salas de aula, biblioteca, auditório, etc.), na tabela a seguir encontram-se elencados os ambientes de maior relevância para o curso:

Tabela 6 - Instalações Físicas do IFPB *Campus* Cajazeiras.

AMBIENTES	QUANTIDADE	ÁREA (m ²)
Direção Geral	1	40,00
Direção do Desenvolvimento do Ensino	1	40,00
Comissão Própria de Avaliação	1	14,62
Coordenação de Controle Acadêmico	1	44,53
Coordenação de Estágios e Relações Empresariais	1	29,92
Coordenação de Extensão	1	40,00
Coordenação de Pesquisa e Inovação	1	14,34
Coordenação de Apoio ao Estudante-CAEST	1	29,35
Coordenação Pedagógica	1	30,79
Sala Assistente do Aluno	1	10,59
Sala de atendimento Individualizado ao Aluno	1	12,00
Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE	1	14,30
Gabinete Médico-Odontológico	1	59,84



Refeitório	1	155,18
Sala de Coordenações de Cursos	1	81,59
Sala de Professores I (engenheiros civis e arquitetos)	1	25,06
Sala de Professores II (engenheiros mecânicos e eletricitistas)	1	54,39
Sala de Professores de Informática	1	26,82
Sala de Professores de Formação Geral	1	54,39
Laboratório de Informática 01	1	80,08
Laboratório de Informática 01	1	26,82
Laboratório de Informática 03	1	54,39
Laboratório de Informática 01	1	79,83
Laboratório de Informática 05	1	51,56
Laboratório de CAD 01	1	78,81
Laboratório de CAD 02	1	80,81
Sala de Desenho	1	53,59
Laboratório de Geotecnia	1	80,81
Laboratório de Topografia	1	25,18
Laboratório de Materiais de Construção e Técnicas Construtivas	1	52,84
Laboratório de Hidráulica	1	53,59
Laboratórios de Instalações Elétricas	1	79,78
Laboratórios de Eletricidade/Eletrônica	1	105,59

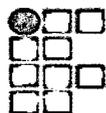


Laboratório de Física	1	65,73
Laboratório de Química	1	65,73
Laboratório de Biologia	1	53,65
Laboratório de Matemática	1	50,53
Salas de Aulas (geral)	22	1.173,47
Pátio Coberto / Convivência	1	206,72
Auditório	1	202,98
Sala de Leitura/Estudos (Biblioteca)	1	202,00
Sala de Núcleo de Artes	1	105,86
Outros (Área Poliesportiva – Ginásio, Campo de Futebol e Piscina)	1	5.427,05

4.2. Biblioteca

O *Campus* Cajazeiras dispõe da Biblioteca Professor Ribamar da Silva que vem sendo estruturada desde a fundação do *Campus*. Com área total 201,00 m², está dividida em setores, para melhor atendimento, da seguinte forma: disponibilização do acervo, com área de 50,00 m² e capacidade para até 6000 livros, setor de referência e atendimento aos usuários, com área de 20,00 m² e um espaço de 101,00 m² que comporta oito computadores com acesso livre a internet e base de dados, 9 mesas para estudo em grupo e 17 cabines individuais de estudo, em um ambiente com climatização mecânica por ar condicionado tipo Split, fácil acesso dentro do *Campus* e excelente iluminação. A biblioteca conta ainda com espaços acessíveis para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A política geral de aquisição de acervo para a biblioteca do *Campus*, segue a Resolução nº 114-CS, de 10 de abril de 2017, que convalida a Resolução-AR nº 03, de 06/01/2017 e dispõe sobre a aprovação do Regulamento da Política Geral de Aquisição, Expansão e Atualização dos Acervos das Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.



Devido às suas características, a biblioteca do *Campus* enquadra-se na categoria de Biblioteca Universitária e tem como missão apoiar as práticas de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo de forma decisiva para a formação acadêmica de seus usuários, incluindo corpo docente, técnicos administrativos, discentes e a comunidade externa. Seu objetivo é apoiar efetivamente os processos de ensino, além de contribuir na formação intelectual e integral de seus usuários de forma individual e/ou coletiva.

O acervo da Biblioteca está dirigido para obras que enfoquem assuntos gerais e específicos nas áreas de atuação de cada curso. São atribuições da Biblioteca:

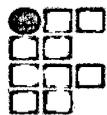
- Fazer o levantamento das necessidades e solicitar aquisição da coleção, materiais e equipamentos do/para o Setor;
- Reunir, processar, organizar sistematicamente, disponibilizar, difundir e promover o uso da informação;
- Oferecer aos usuários o suporte para o desenvolvimento de habilidades de leitura, estudo e pesquisa.

A estrutura organizacional da Biblioteca é formada pelos seguintes setores:

- Coordenação;
- Coleções especiais e assistência aos usuários;
- Desenvolvimento e processamento de coleções;
- Empréstimo.

Os usuários descritos acima têm o direito de utilizar materiais e serviços oferecidos pela Biblioteca, participar de suas atividades, podendo ainda elogiar, reclamar e dar sugestões para melhoria da mesma.

A Biblioteca oferece dois tipos de serviços: os serviços meios e os serviços fins, sendo que os serviços meios correspondem à formação e tratamento da coleção, seleção, aquisição, registro, classificação, catalogação, preparação para empréstimo, organização de catálogos, preservação e avaliação da coleção e os serviços fins referem-se à circulação e uso da informação: disponibilização da coleção, disseminação da informação, orientação no uso dos serviços e recursos oferecidos pela biblioteca, busca e recuperação da informação a fim de atender as necessidades de seus usuários, consulta e empréstimo do acervo documental.



Há um projeto de ampliação física da biblioteca com objetivo de ampliar os espaços de estudo individualizado e em grupo, ampliar o espaço destinado ao acervo, criar um laboratório de astronomia e um observatório.

4.2.1. Serviço de Acesso ao Acervo

O acesso ao serviço de empréstimo é disponível da seguinte forma: 3 exemplares para cada usuário cadastrado no sistema da biblioteca. O prazo do empréstimo compreende dez dias para alunos e trinta dias para funcionários, podendo ser renovado por mais uma vez para os alunos e uma vez para servidores.

4.2.2. Apoio na Elaboração de Trabalhos Acadêmicos

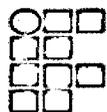
A Biblioteca do IFPB – *Campus Cajazeiras* disponibiliza para a comunidade acadêmica orientação técnica para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos, com base nas Normas Técnicas de Documentação ABNT, serviço de elaboração de fichas catalográficas para a produção científica do *Campus*.

4.2.3. Filiação Institucional à Entidade de Natureza Científica

O IFPB disponibiliza ainda a comunidade o Portal de Periódicos, onde neste se tem acesso ao Portal da CAPES e a diversas revistas como "Revista Práxis: saberes de extensão" Revista Principia: pesquisa científica e tecnológica" estimulando assim, a produção de conhecimento científico proveniente de programas internos de pesquisa e extensão. Com essas ações, o IFPB amplia a visibilidade do conhecimento acadêmico produzido.

4.3. Instalações de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Especiais

O IFPB elaborou um Plano de Acessibilidade atendendo ao que estabelece o Plano de Desenvolvimento Institucional. O mesmo foi aprovado pelo Conselho Superior do IFPB através da Resolução nº 240/2015. A Instituição tem o compromisso de garantir um atendimento prioritário e educacional especializado às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Atualmente no *Campus Cajazeiras* houve inúmeras mudanças que atendem aos critérios de acessibilidade física em

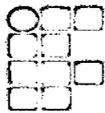


conformidade com o Plano de Acessibilidade do IFPB e consequentemente a NBR 9050/2015: foram substituídas todas as torneiras dos WC's por um modelo acessível e automático; foram adquiridos bebedouros acessíveis com sistema braile; foram construídas rampas em todos os laboratórios e salas de aulas, rampas de acesso ao auditório e praças, campo de futebol, ginásio poliesportivo e nas entradas do *Campus*; disponibilidade de rota acessível ao estacionamento de veículos; foram destinadas vagas de estacionamento reservadas à pessoa com deficiências; as fechaduras das portas foram substituídas pelo modelo tipo alavanca em todas as salas de aulas e laboratórios; já existem WC's com acessibilidade; houve eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante em cadeiras de rodas permitindo acesso a todos os ambientes do *Campus*; sinalização nas rampas com símbolo internacional de acesso de pessoas em cadeiras de rodas, já há piso tátil em toda a extensão dos deslocamentos necessários aos ambientes do *Campus* e as portas de acesso já contam com sinalização tátil e visual (braille).

Além destas medidas adotadas, há o funcionamento do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), como setor responsável pela educação especial, dotando-o de recursos humanos e materiais que viabilizem e deem sustentação ao processo de educação inclusiva. Este núcleo é regido por regulamento específico, definido pela Resolução nº 139/2015 do Conselho Superior do IFPB. Com esse intuito, no *Campus* Cajazeiras temos vários profissionais que executam serviços que possibilitem um sistema educacional inclusivo, a saber: serviços de cuidadores, tradutores e intérprete de Libras, transcritor de Braille. Além disso, temos o acompanhamento pedagógico e psicopedagógico específico para atender aos estudantes.

4.4. Laboratórios

O ensino prático é essencial para o aprendizado acadêmico, metodologia esta, potente para estimular o discente a desenvolver competências fundamentais para sua vida, proporcionar espaços de vital importância para que o estudante seja um atuante construtor do próprio conhecimento, ampliar seu grau de compreensão do mundo que o cerca o seu cotidiano e dando-lhe suporte conceitual e

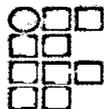


procedimental para enxergar o seu entorno e encontrar explicações. Portanto o Curso de Engenharia Civil dispõe dos seguintes laboratórios:

- Química
- Física
- Matemática
- Biologia
- Informática 01
- Informática 02
- Informática 03
- Informática 04
- Informática 05
- CAD 01
- CAD 02
- Desenho
- Topografia
- Instalações Elétricas Prediais
- Elétrica/ Eletrônica
- Hidráulica
- Geotecnia
- Materiais de Construção e Técnicas Construtivas

4.4.1. Laboratórios Didáticos Especializados

Os laboratórios foram planejados segundo o plano pedagógico do curso quanto aos equipamentos, mobiliário, materiais de consumo e apoio técnico. Os serviços realizados nos mesmos atendem as atividades necessárias às aulas práticas desenvolvidas no curso, em consonância com a matriz curricular.



Todos possuem normas de funcionamento, utilização e segurança, divulgadas em locais estratégicos que permitem sua visualização facilitando seu conhecimento e aplicação de seus usuários.

Para um funcionamento permanente e de qualidade de seus laboratórios o *Campus Cajazeiras* adota mecanismos de manutenção, conservação e calibração.

Os discentes terão acesso a esses espaços no horário de funcionamento, regido pela Instituição, exceto quando estiverem reservados para a realização de aulas práticas por professores. Esse acesso fica condicionado à autorização prévia por parte de um docente, que ficará responsável pelo período da utilização, bem como o bom uso e conservação do mesmo.

Cada laboratório possui especificamente sua Política de Uso, onde é necessário que todos os usuários a conheça e a pratique.

As normas gerais de utilização do laboratório visam disciplinar democraticamente a utilização dos Laboratórios e estão listadas da seguinte forma:

- O laboratório é um local de trabalho, estudo e pesquisa. Utilize-o de forma correta respeitando os seus colegas;
- Mantenha o silêncio;
- Deixe o local de trabalho tal como o encontrou;
- Não fume e não ingira alimentos;
- Um aluno que não se encontre a estudar, ou trabalhar no laboratório, deve ceder o seu lugar de trabalho a um aluno que queira trabalhar;
- Use indumentária apropriada;
- Use os equipamentos de segurança específicos para cada atividade;
- Lave as mãos no início e término de suas atividades;
- Não sente ou debruce-se nas bancadas;
- O não cumprimento destas normas de utilização do laboratório implica em sanções aplicadas pelo IFPB *Campus Cajazeiras*.



4.4.2. Descrição dos laboratórios especializados

LABORATORIO DE: QUÍMICA	
Área (m²): 65,73	Capacidade: 20 alunos
EQUIPAMENTOS/INFRAESTRUTURA (essenciais para o funcionamento)	
Descrição	Qtde.
Sala com Kit's didáticos (vidrarias, estufa, bico de busen, balanças, medidor de oxigênio, pH e temperatura, destilador de água, etc.), armários, quadro, ar-condicionado.	1

AREAS ACADÊMICAS ATENDIDAS

QUÍMICA APLICADA À ENGENHARIA

LABORATORIO DE: FÍSICA	
Área (m²): 65,73	Capacidade: 20 alunos
EQUIPAMENTOS/INFRAESTRUTURA (essenciais para o funcionamento)	
Descrição	Qtde.
Sala com Kit's didáticos (balanças, cronômetros, paquímetros, vidrarias, termômetros, multímetros, fonte de alimentação analógica, telescópio, etc.), Conjunto didático para experiências em magnetismo e eletromagnetismo, armários, quadro, ar-condicionado.	1

AREAS ACADÊMICAS ATENDIDAS

FÍSICA EXPERIMENTAL

LABORATORIO DE: MATEMÁTICA	
Área (m²): 50,53	Capacidade: 20 alunos
EQUIPAMENTOS/INFRAESTRUTURA (essenciais para o funcionamento)	
Descrição	Qtde.
Sala com Kit's didáticos envolvendo matemática, armários, quadro, ar-condicionado.	1

AREAS ACADÊMICAS ATENDIDAS

CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL I

LABORATORIO DE: BIOLOGIA	
Área (m²): 53,65	Capacidade: 20 alunos
EQUIPAMENTOS/INFRAESTRUTURA (essenciais para o funcionamento)	
Descrição	Qtde.
Sala com Kit's didáticos (microscópios, estufas, centrifugadores, etc.), armários, quadro, ar-condicionado.	1

AREAS ACADÊMICAS ATENDIDAS

CIÊNCIAS DO AMBIENTE

LABORATORIO DE: INFORMÁTICA 01	
Área (m²): 80,08	Capacidade: 40 alunos
EQUIPAMENTOS/INFRAESTRUTURA (essenciais para o funcionamento)	
Descrição	Qtde.
Salas com 40 bancadas (computadores, mesas e cadeiras), quadro, ar-condicionado, datashow	1

AREAS ACADÊMICAS ATENDIDAS



LABORATORIO DE:	INFORMATICA 01
INTRODUÇÃO À PROGRAMAÇÃO	

LABORATORIO DE:	INFORMATICA 02		
Área (m²):	26,82	Capacidade:	4 alunos
EQUIPAMENTOS/INFRAESTRUTURA (essenciais para o funcionamento)			

Descrição	Qtde.
Salas com 4 bancadas (computadores, mesas e cadeiras), quadro, ar-condicionado, datashow	1

AREAS ACADÊMICAS ATENDIDAS
INTRODUÇÃO À PROGRAMAÇÃO

LABORATORIO DE:	INFORMATICA 03		
Área (m²):	54,24	Capacidade:	24 alunos
EQUIPAMENTOS/INFRAESTRUTURA (essenciais para o funcionamento)			

Descrição	Qtde.
Salas com 24 bancadas (computadores, mesas e cadeiras), quadro, ar-condicionado, datashow	1

AREAS ACADÊMICAS ATENDIDAS
INTRODUÇÃO À PROGRAMAÇÃO

LABORATORIO DE:	INFORMATICA 04		
Área (m²):	79,83	Capacidade:	40 alunos
EQUIPAMENTOS/INFRAESTRUTURA (essenciais para o funcionamento)			

Descrição	Qtde.
Salas com 40 bancadas (computadores, mesas e cadeiras), quadro, ar-condicionado, datashow	1

AREAS ACADÊMICAS ATENDIDAS
INTRODUÇÃO À PROGRAMAÇÃO/ DESENHO TÉCNICO/ DESENHO DE ARQUITETURA

LABORATORIO DE:	INFORMATICA 05		
Área (m²):	51,56	Capacidade:	17 alunos
EQUIPAMENTOS/INFRAESTRUTURA (essenciais para o funcionamento)			

Descrição	Qtde.
Salas com 17 bancadas (computadores, mesas e cadeiras), quadro, ar-condicionado, datashow	1

AREAS ACADÊMICAS ATENDIDAS
INTRODUÇÃO À PROGRAMAÇÃO

LABORATORIO DE:	CAD 01		
Área (m²):	78,81	Capacidade:	13 alunos
EQUIPAMENTOS/INFRAESTRUTURA (essenciais para o funcionamento)			

Descrição	Qtde.
Salas com 13 bancadas (computadores, mesas e cadeiras), Softwares para desenho 2D e 3D (AutoCAD e Sketchup), quadro, ar-condicionado, datashow	2



LABORATÓRIO DE:	CAD 01
ÁREAS ACADÊMICAS ATENDIDAS	
DESENHO TÉCNICO/ DESENHO DE ARQUITETURA.	

LABORATÓRIO DE:	CAD 02		
Área (m²):	80,81	Capacidade:	20 alunos
EQUIPAMENTOS/INFRAESTRUTURA (essenciais para o funcionamento)			
Descrição			Qtde.
Salas com 20 bancadas (computadores, mesas e cadeiras), Softwares para desenho 2D e 3D (AutoCAD e Sketchup), quadro, ar-condicionado, datashow			1
ÁREAS ACADÊMICAS ATENDIDAS			
DESENHO DE TÉCNICO/ DESENHO DE ARQUITETURA.			

LABORATÓRIO DE:	DESENHO		
Área (m²):	53,54	Capacidade:	24 alunos
EQUIPAMENTOS/INFRAESTRUTURA (essenciais para o funcionamento)			
Descrição			Qtde.
Salas com pranchetas, cadeiras, quadro, ar-condicionado, datashow			1
ÁREAS ACADÊMICAS ATENDIDAS			
DESENHO TÉCNICO			

LABORATÓRIO DE:	TOPOGRAFIA		
Área (m²):	26,46	Capacidade:	10 alunos
EQUIPAMENTOS/INFRAESTRUTURA (essenciais para o funcionamento)			
Descrição			Qtde.
Salas com Teodolitos, Estações Totais, Trenas digitais e manuais, etc. Pranchetas, armários, cadeiras, quadro, ar-condicionado, datashow			1
ÁREAS ACADÊMICAS ATENDIDAS			
TOPOGRAFIA.			

LABORATÓRIO DE:	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PREDIAIS		
Área (m²):	79,78	Capacidade:	24 alunos
EQUIPAMENTOS/INFRAESTRUTURA (essenciais para o funcionamento)			
Descrição			Qtde.
Sala com 10 Box's didáticos (quadros de distribuição, disjuntores, fios, tomadas, interruptores, lâmpadas, etc.), armários, quadro, ar-condicionado, datashow			1
ÁREAS ACADÊMICAS ATENDIDAS			
CIRCUITOS ELÉTRICOS E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PREDIAIS			

LABORATÓRIO DE:	ELÉTRICA/ ELETRÔNICA		
Área (m²):	105,57	Capacidade:	24 alunos
EQUIPAMENTOS/INFRAESTRUTURA (essenciais para o funcionamento)			
Descrição			Qtde.
Sala com equipamentos para montagem de circuitos elétricos, armários, quadro, ar-condicionado, datashow			1



LABORATÓRIO DE:	ELÉTRICA/ ELETRÔNICA
ÁREAS ACADÊMICAS ATENDIDAS	
CIRCUITOS ELÉTRICOS E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PREDIAIS	

LABORATÓRIO DE:	HIDRAULICA		
Área (m²):	52,84	Capacidade:	20 alunos
EQUIPAMENTOS/INFRAESTRUTURA (essenciais para o funcionamento)			

Descrição	Qtde.
Sala com bancada para cálculo de perda de carga, com equipamento de associação de bombas em série e em paralelo, verificadores de pressões e condições hidráulicas diversas, aparelho para cálculo do número de Reynolds e viscosidade de fluidos, etc. armários, quadro.	1

ÁREAS ACADÊMICAS ATENDIDAS
MECÂNICA DOS FLUIDOS, HIDRÁULICA.

LABORATÓRIO DE:	GEOTECNIA		
Área (m²):	80,42	Capacidade:	20 alunos
EQUIPAMENTOS/INFRAESTRUTURA (essenciais para o funcionamento)			

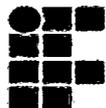
Descrição	Qtde.
Sala com repartidor de amostra, estufa, balanças, agitador de peneiras, conjunto de peneiras, trados, moldes para corpos de provas, moldes cilíndricos proctor, almofarizes, vidrarias, densímetros, dessecadores, aparelho Casagrande, speedy's, disco neoprenes, penetômetro, tanque, etc., armários, quadro.	1

ÁREAS ACADÊMICAS ATENDIDAS
GEOLOGIA, MECÂNICA DOS SOLOS, MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL I E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL II

LABORATÓRIO DE:	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TÉCNICAS CONSTRUTIVASS		
Área (m²):	52,84	Capacidade:	20 alunos
EQUIPAMENTOS/INFRAESTRUTURA (essenciais para o funcionamento)			

Descrição	Qtde.
Sala com argamassadeira, prensa elétrica, 04 kit's de ferramentas de pedreiro, baias para armazenar materiais, betoneira, etc., armários, quadro.	1

ÁREAS ACADÊMICAS ATENDIDAS
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL I, MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL II E TECNOLOGIA DAS CONSTRUÇÕES I E II



5. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO

5.1. Pessoal Docente

O exercício da docência no IFPB é permitido ao profissional com formação mínima de graduação. Os requisitos para admissão são exigidos na publicação do Edital Público para concurso de admissão ao quadro, sendo importante também a comprovação de experiência profissional, que fortalece o currículo do candidato para efeito de pontuação e classificação. Segue abaixo a listagem dos professores que compõem o corpo docente:

CPF	DOCENTE	FORMAÇÃO ACADÊMICA			REGIME DE TRABALHO
		GRADUAÇÃO	MAIOR FORMAÇÃO	CURRÍCULO LATTES (url)	
048.175.964-65	ANTÔNIO WAGNER DE LIMA**	Bacharelado em Engenharia Civil	Mestrado em Estruturas e Construção Civil	http://lattes.cnpq.br/4816953347190914	DE
030.670.754-39	AUSTRICLÍNIO DA COSTA WANDERLEY NETO	Bacharelado em Engenharia Mecânica	Mestrado em Engenharia Mecânica	http://lattes.cnpq.br/2771127310638312	DE
052.841.774-60	BALDOÍNO SONILDO DA NÓBREGA*	Licenciatura em Matemática	Especialização em Matemática Pura e Aplicada	http://lattes.cnpq.br/6474706000993108	DE
057.680.174-80	BRUNO DE MEDEIROS SOUZA*	Bacharelado em Engenharia Civil	Especialização em Meio Ambiente e Gestão de Recursos Hídricos	http://lattes.cnpq.br/5389223533377251	DE
032.063.324-19	CAROLINA COSTA	Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo	Mestrado em Arquitetura e Urbanismo	http://lattes.cnpq.br/3613047445216909	DE
	CHARRIDY MAX FONTES PINTO	Graduação em Letras/Libras	Especialização em Deficiência Mental e Auditiva	http://lattes.cnpq.br/4139562888411167	DE
059.001.384-02	CÍCERO DE SOUZA NOGUEIRA NETO	Bacharelado em Engenharia Civil	Especialização em Gerenciamento de Projetos	http://lattes.cnpq.br/5383631283461230	DE
014.590.223-43	CÍCERO JOELSON VIEIRA SILVA	Tecnologia em Construção de Edifícios	Mestrado em Engenharia Civil	http://lattes.cnpq.br/6194928161109663	DE
089.975.314-09	CINTHYA SANTOS DA SILVA	Graduação em Engenharia Civil	Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental	http://lattes.cnpq.br/1036334892496057	T40



CPF	DOCENTE	FORMAÇÃO ACADÊMICA			REGIME DE TRABALHO
		GRADUAÇÃO	MAIOR FORMAÇÃO	CURRICULO LATTES (url)	
260.757.358-01	CLEDUALDO SOARES DE OLIVEIRA	Licenciatura em Química	Doutorado em Ciências	http://lattes.cnpq.br/2385883487387268	DE
059.183.364-60	DANIELA PASSOS S. DE A. TAVARES	Licenciatura em Engenharia Química	Doutorado em Engenharia Química	http://lattes.cnpq.br/2987641500506384	T40
011.789.924-03	DEMÉTRIO GABRIEL GAMBOA MARQUES**	Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais	Mestrado em Sociologia	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4253334Y3	DE
067.630.684-50	ELDER GONÇALVES PEREIRA	Licenciatura em Computação	Mestrado em Sistema e Computação	http://lattes.cnpq.br/3720390874726556	T40
000.108.403-89	FRANCISCO LOPES LAVOR NETO	Bacharelado em Física	Mestrado em Tecnologias Energéticas e Nucleares	http://lattes.cnpq.br/4113822354452707	DE
321.311.273-91	GASTÃO COELHO DE AQUINO FILHO	Bacharelado em Engenharia Civil	Mestrado em Geotecnia	http://lattes.cnpq.br/4234462131717708	DE
674.160.394-87	GEORGE DA CRUZ SILVA	Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo	Mestrado em Engenharia Mecânica	http://lattes.cnpq.br/3540140455134524	DE
011.408.674-58	HELLTONN WINICIUS PATRÍCIO MACIEL**	Bacharelado em Administração	Mestrado em Administração	http://lattes.cnpq.br/9849646382572779	DE
007.977.974-32	JAILTON FERREIRA MOREIRA	Graduação em Engenharia Elétrica	Mestrado em Engenharia Elétrica	http://lattes.cnpq.br/5432377754784730	DE
059.060.344-20	JANAINA DA SILVA BEZERRA	História	Mestrado em História	http://lattes.cnpq.br/7602899790109663	DE
035.955.904-22	JOSÉ DOVAL NUNES MARTINS*	Licenciatura em Matemática	Especialização em Metodologia do Ensino	http://lattes.cnpq.br/2639835039588225	DE
008.303.394-77	KATHARINE TAVEIRA DE BRITO	Bacharelado em Engenharia Civil	Especialização em Engenharia de Instalações Prediais	http://lattes.cnpq.br/4349314767536240	DE
601.326.984-04	KÍSSIA CARVALHO	Bacharelado em Matemática	Mestrado em Ciência da Computação	http://lattes.cnpq.br/4783760789731703	DE
079.622.034-47	LAIANA FERREIRA DA COSTA	Bacharelado em Engenharia Civil	Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental	http://lattes.cnpq.br/4147758573818185	T40



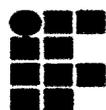
CPF	DOCENTE	FORMAÇÃO ACADÊMICA			REGIME DE TRABALHO
		GRADUAÇÃO	MAIOR FORMAÇÃO	CURRICULO LATTES (url)	
539.925.470-00	LUIS ROMEU NUNES	Bacharelado em Engenharia Elétrica - Ênfase em Telecomunicações	Doutorado em Comunicações Ópticas	http://lattes.cnpq.br/5782137666178742	DE
886.202.714-15	MARIA GRACILENE MARQUES PEREIRA	Bacharelado em Ciências Econômicas	Mestrado em Economia Rural e Desenvolvimento Regional	http://lattes.cnpq.br/8292560874635272	DE
519.255.754-20	MARIA JOSÉ ALVES DA SILVA	Licenciatura em Ciências Sociais e Licenciatura em Pedagogia	Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade	http://lattes.cnpq.br/0342801226402325	DE
395.135.134-91	MARIA VIRGÍNIA GOMES DE HOLANDA	Licenciatura em Letras	Mestrado em Educação	http://lattes.cnpq.br/5853008839368970	DE
043.400.484-70	PATRICIO LUIZ DE ANDRADE	Licenciatura em Matemática	Mestrado em Matemática	http://lattes.cnpq.br/6642998787051655	DE
058.624.214-75	RAFAEL PONCE DE LEON AMORIM	Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo	Mestrado em Engenharia Urbana	http://lattes.cnpq.br/4534582072585635	DE
071.160.154-26	RAPHAEL HENRIQUE FALCÃO DE MELO	Bacharelado em Engenharia Mecânica	Mestrado em Engenharia Mecânica	http://lattes.cnpq.br/9758661753469822	DE
921.599.743-15	RENNATA SILVA CARVALHO BOUDOUX	Bacharelado em Psicologia	Mestrado em Psicologia Clínica	http://lattes.cnpq.br/5476936463191389	DE
069.005.874-88	ROBSON ARRUDA DOS SANTOS**	Bacharelado em Engenharia Civil	Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental	http://lattes.cnpq.br/5459765681435936	DE
049.780.794-70	SEBASTIÃO SIMÃO DA SILVA**	Bacharelado em Engenharia Civil	Mestrado em Estruturas e Construção Civil	http://lattes.cnpq.br/6023548428079039	DE
054.836.074-06	TACIANA ARAÚJO DE SOUZA**	Bacharelado em Matemática	Mestrado em Engenharia Elétrica	http://lattes.cnpq.br/3481786877511260	DE
054.218.544-00	TÁSSIA DOS ANJOS TENÓRIO DE MELO	Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo	Doutorado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos	http://lattes.cnpq.br/2509825785389832	DE
067.611.124-60	THIAGO ANDRADE FERNANDES**	Licenciatura em Matemática	Mestrado em Engenharia Mecânica	http://lattes.cnpq.br/2062665487740722	DE
840.841.894-72	WILZA CARLA MOREIRA SILVA	Licenciatura em Ciências - Habilitação em Biologia	Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente	http://lattes.cnpq.br/8824229401345031	DE



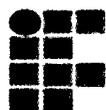
5.2. Pessoal Técnico

O corpo técnico administrativo faz parte do conjunto de profissionais que estará atuando de forma direta e indireta com todo o processo de ensino-aprendizagem que visa a formação do Engenheiro Civil. O quadro de profissionais é qualificado e está à disposição para contribuir nas diversas atividades desenvolvidas no curso. O corpo técnico-administrativo que atua como apoio ao curso é constituído por profissionais competentes que fazem parte do quadro permanente da instituição e já possuem um tempo considerável de atuação nos diversos setores administrativos e pedagógicos, a exemplo, de Pedagogos (as), Bibliotecário (a), Laboratoristas, Assistente de Administração, Médico, Enfermeiro, Assistente Social, Psicólogo e Transcritor. Além dos técnicos administrativos do quadro permanente da instituição, existe também importante colaboração dos servidores terceirizados que atuam na limpeza e conservação de toda estrutura física a disposição do curso. Neste sentido, todos atendem perfeitamente as necessidades de apoio ao processo ensino-aprendizagem que estão previstas no PPC do curso. Segue abaixo o quadro de funcionários que compõem o corpo técnico a disposição do curso:

FUNCIÓNÁRIO (A)	FUNÇÃO/ATRIBUIÇÃO	FORMAÇÃO/TITULAÇÃO	SETOR DE TRABALHO
Agustinho Gonçalves Pereira	Auxiliar em Enfermagem	Graduação	Coordenação do núcleo de Apoio aos Serviços Médico Odontológicos
Alberto Grangeiro de Albuquerque Neto	Técnico de Laboratório	Ensino Médio	Unidade Acadêmica da Área de Indústria
Alan Carlos da Silva Ferreira	Técnico de Laboratório	Graduação	Unidade da Área de Formação Geral e Projetos (Lab. De Matemática)
Analine Pinto Valeriano Bandeira	Técnica de Laboratório/Área Física	Mestrado	Unidade da Área de Formação Geral e Projetos (Lab. De Física)
Ana Paula Inácio Alves	Auxiliar de laboratório	Graduação	Coordenação de Edificações
Antônio Alves da Nóbrega Neto	Operador de Máquinas Copiadoras	Ensino Médio	Coordenação de Recursos Multimeios
Cleodon Bezerra de Sousa	Auxiliar em administração	Ensino Médio	Coordenação de Controle Acadêmico
Claudenice Alves Mendes	Pedagoga	Mestrado	Coordenação Pedagógica
Damião Cavalcanti de Lira	Assistente em administração	Especialização	Coordenação de Controle Acadêmico
Daniel Everson da Silva Andrade	Bibliotecário - documentalista	Graduação	Coordenação de Biblioteca
Denise Michele Lino de Azevedo Cabral	Assistente em administração	Ensino Médio	Diretoria de Administração, Planejamento e Finanças
Diego Nogueira Dantas	Técnico em Assuntos Educacionais	Especialização	Diretoria de Desenvolvimento de Ensino



Edmundo Vieira de Lacerda	Auxiliar em Administração	Especialização	Coordenação de Gestão de Pessoas
Eliomar Pinheiro de Sousa	Técnico em Artes Gráficas	Especialização	Coordenação de Recursos Multimeios
Emanuel da Silva Oliveira	Tradutor e Intérprete de Linguagem	Ensino Médio	Coordenação do Núcleo de Atendimento de Pessoas com Deficiência
Emerson Lunguinho da Silva	Operador de Máquinas Agrícolas	Graduação	Coordenação de Estágios e Relações Empresariais
Eva Firmino da Silva	Telefonista	Ensino Médio	Gabinete da Direção Geral
Francisca Leneide Gonçalves Pereira	Técnico em Assuntos Educacionais	Especialização	Coordenação do núcleo de Apoio aos Serviços Médico Odontológicos
Francisca Vieira Lins de Araújo	Assistente em administração	Especialização	Coordenação de Apoio ao Estudante
Francisco de Oliveira	Pintor	Ensino Médio	Coordenação de Manutenção, Segurança e Transportes
Francisco Edval Leite Tavares	Servente de limpeza	Especialização	Direção Geral do <i>Campus</i>
Francisco Hidelberto de S. Leite	Carpinteiro	Graduação	Coordenação do Almoarifado
Francimar Barbosa da Silva	Auditor	Especialização	Auditoria Interna
Geniele Trajano da Silva	Auxiliar de Biblioteca	Ensino Médio	Coordenação de Biblioteca
Gilberto Soares Sarmiento	Auxiliar de Eletricista	Ensino Médio	Coordenação de Manutenção, Segurança e Transportes
Gildivan Dias Moreira	Auxiliar de microfilmagem	Graduação	Coordenação de Recursos Multimeios
Giliardo de Paulo de Oliveira Lins	Assistente em administração	Especialização	Coordenação de Apoio ao Estudante
Gilvandro Vieira da Silva	Pedagogo	Mestrado	Coordenação Pedagógica
Glaykierre Albuquerque e Lacerda	Técnico de Laboratório/Área Mecânica	Graduação	Unidade Acadêmica da Área de Indústria
Heloíza Moreira Silva	Assistente em administração	Mestrado	Chefe de Gabinete da Direção Geral
Hugo Eduardo Assis dos Santos	Auxiliar de microfilmagem	Ensino Médio	Diretoria de Administração, Planejamento e Finanças
Íria Raquel Borges Wiese	Psicóloga	Doutorado	Coordenação Pedagógica
Ileimar de Souza Oliveira	Auxiliar em Administração	Ensino Médio	Coordenação de Controle Acadêmico
Jansen Beserra de Lima	Auxiliar de Biblioteca	Graduação	Coordenação de Biblioteca
Joaci do Nascimento Pereira	Auxiliar em Enfermagem	Ensino Médio	Coordenação do núcleo de Apoio aos Serviços Médico Odontológicos
José de Arimatéia Tavares	Assistente em administração	Especialização	Coordenação de Controle Acadêmico
João Damasio da Silva	Carpinteiro	Ensino Médio	Coordenação de Manutenção, Segurança e Transportes
José Edmar Leite	Assistente em administração	Mestrado	Gabinete da Direção Geral - Protocolo
José Marcos Meireles Viana	Motorista	Ensino Fundamental	Coordenação de Manutenção, Segurança e Transportes



José Ricardo Mota	Técnico em Assuntos Educacionais	Especialização	Coordenação de Estágios e Relações Empresariais
José Sérgio Aristides Lira	Auxiliar de Biblioteca	Graduação	Coordenação de Biblioteca
José Wellington Almedia	Assistente de aluno	Graduação	Diretoria de Desenvolvimento de Ensino
Josefa Tavares Vieira	Assistente em administração	Graduação	Diretoria de Administração, Planejamento e Finanças
Kleber Afonso de Carvalho	Técnico em Enfermagem	Graduação	Coordenação do núcleo de Apoio aos Serviços Médico Odontológicos
Laerte Ferreira de Morais França	Assistente em administração	Especialização	Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira
Lidiane Maria da Silva	Jornalista	Graduação	Direção Geral
Lúcio Ricardo Nogueira de Farias	Bombeiro Hidráulico	Ensino Médio	Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira
Lucinéria Maria de Farias	Técnico em assuntos em educacionais	Especialização	Coordenação de Estágios e Relações Empresariais
Lucrécia Teresa Gonçalves Petrucci	Pedagoga	Especialização	Direção Geral
Márcia Moreira Pinto	Servente de Limpeza	Graduação	Coordenação de Extensão
Marcos Antônio Petrucci de Assis	Assistente em administração	Ensino Médio	Diretoria de Administração, Planejamento e Finanças
Marcos Ubiratan Pedrosa Calado	Auditor	Especialização	Auditoria Interna
Maria Amélia Pereira Gomes	Auxiliar em Administração	Ensino Médio	Gabinete da Direção Geral
Maria Aparecida da Silva	Pedagoga	Especialização	Coordenação Pedagógica
Maria das Graças Moreira de Almeida	Técnica em Contabilidade	Especialização	Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira
Maria das Graças Oliveira	Assistente social	Especialização	Coordenação do núcleo de Apoio aos Serviços Médico Odontológicos
Maria do Socorro Saraiva	Pedagoga	Especialização	Coordenação Pedagógica
Maria Helena de Almeida Rodrigues	Assistente em administração	Especialização	Coordenação de Cadastro e Pagamento
Maria Nilza de Sousa	Assistente em administração	Especialização	Diretoria de Desenvolvimento de Ensino
Maria Rivânia Carlos de Morais	Auxiliar em assuntos educacionais	Especialização	Coordenação de Cursos
Meireluce Alexandre Cavalcante	Técnico de Laboratório/Área Segurança do Trabalho	Especialização	Diretoria de Desenvolvimento de Ensino
Mery Angela Ramos de Andrade	Técnico de Laboratório/Área Edificações	Graduação	Diretoria de Desenvolvimento de Ensino
Mônica Auricélia Oliveira Santana	Técnico de Tecnologia da Informação	Especialização	Coordenação de Tecnologia da Informação
Murilo Pascoal de Carvalho	Assistente em administração	Ensino Médio	Coordenação de Biblioteca
Paulo Gonçalves dos Santos	Médico	Especialização	Gabinete Médico/Odontológico
Rafael Rodrigues Lopes	Administrador	Especialização	Diretoria de Administração, Planejamento e Finanças

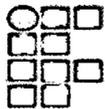


Raimunda de Souza Ferreira	Servente de limpeza	Ensino Médio	Coordenação de Cadastro e Pagamento
Ricardo Anísio de Silva	Técnico de tecnologia da informação	Graduação	Coordenação de Tecnologia da Informação
Roberto Rolim Lopes	Assistente em administração	Ensino Médio	Coordenação do Patrimônio
Sarah Tavares Cortês	Assistente social	Mestrado	Coordenação de Apoio ao Estudante
Simone Albuquerque Formiga	Pedagoga	Mestrado	Coordenação Pedagógica
Silvania Trajano de Souza	Assistente em administração	Especialização	Coordenação de Biblioteca
Suélvio Fernandes Carolino	Técnico de Laboratório	Graduação	Coordenação de Tecnologia da Informação
Suely Arruda dos Santos	Técnica em Contabilidade	Especialização	Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira
Tiago Nunes dos Santos	Técnico de Laboratório/Área Segurança do Trabalho	Ensino Médio	Coordenação de Manutenção, Segurança e Transportes
Valéria Andrade da Silva	Assistente de alunos	Graduação	Diretoria de Desenvolvimento de Ensino
Valmir Braga de Aquino Mendonça	Odontólogo	Especialização	Coordenação do núcleo de Apoio aos Serviços Médico Odontológicos
Vanda Lúcia Batista dos Santos Souza	Pedagoga	Especialização	Coordenação Pedagógica
Vivianne Ribeiro Duarte Rolim	Assistente de alunos	Especialização	Diretoria de Desenvolvimento de Ensino
Walter Belarmino da Silva Filho	Técnico de Laboratório/Área Mecânica	Graduação	Unidade Acadêmica da Área de Indústria

5.3. Política de Capacitação de Servidores

Plano de Carreira e Incentivos aos Servidores consta como uma das preocupações do PDI.

Quanto aos docentes, com a edição da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, os docentes ganharam uma nova estrutura de carreira sendo denominados de Professor da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. O plano de carreira e o regime de trabalho são regidos pela Lei no 12.772, de 28 de dezembro de 2012, pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e pela Constituição Federal, além da legislação vigente atrelada a essas Leis e a LDB Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. O Instituto Federal da Paraíba tem uma política de qualificação e capacitação que contempla o estímulo a participação em Seminários e Congressos, além da oferta de cursos de pós-graduação para os docentes e técnicos administrativos seja através da participação em programas de

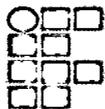


universidades como também dos programas interministeriais como é o caso do Minter e do Dinter.

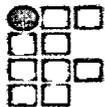
A Política de Capacitação de Docentes e Técnicos Administrativos no âmbito Institucional, foi instituída através da Portaria no 148/2001 – GD de 22/05/2001, que criou o Comitê Gestor de Formação e Capacitação, disciplinando e regulamentando a implementação do Plano de Capacitação, bem como regulamentando as condições de afastamento com este fim. O Comitê Gestor de Formação e Capacitação tem as seguintes competências:

- Elaborar o plano de capacitação geral da instituição;
- Avaliar processos de solicitação de docentes e/ou técnico administrativos para afastamento e/ou prorrogação de afastamento;
- Propor à Direção Geral a liberação e/ou prorrogação de afastamento de docentes e/ou técnico-administrativos;
- Acompanhar os relatórios periódicos, trimestrais ou semestrais, dos servidores afastados, avaliando a continuidade da capacitação;
- Zelar pelo cumprimento das obrigações previstas;
- O Plano de capacitação do IFPB considera os seguintes níveis de qualificação profissional:
 - Pós-Graduação *stricto sensu*: mestrado, doutorado e pós-doutorado;
 - Pós-Graduação *lato sensu*: aperfeiçoamento e especialização;
 - Graduação;
 - Capacitação profissional: cursos que favoreçam o aperfeiçoamento profissional;
 - Atividades de curta duração: cursos de atualização e participação em congressos, seminários, conclaves, simpósios, encontros e similares.

No que diz respeito a carreira de técnico-administrativo, a mesma é regida pela Lei no 11.091, de 12 de janeiro de 2005 (PCCTAE), pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e pela Constituição Federal, além da legislação vigente atreladas a essas Leis e a LDB. O IFPB tem uma política de qualificação e capacitação para os técnicos administrativos, que contempla a oferta de cursos de qualificação e



atualização, além de propiciar oportunidades em cursos de pós- graduação através de parcerias com Universidades. Ademais, a implantação do CIS (Comissão Interna de Supervisão) é uma realidade no Instituto que fortalece o processo de qualificação e capacitação do servidor. O Regime de Trabalho dos técnicos administrativos é de 40 horas semanais.



6. AVALIAÇÃO DO CURSO

De acordo com o Decreto Nº 5.773/2006 - que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino - a avaliação realizada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES constituirá referencial básico para os processos de regulação e supervisão da educação superior, a fim de promover a melhoria de sua qualidade.

6.1. Comissão Própria da Avaliação – CPA

A Comissão Própria de Avaliação do IFPB está instituída através da Portaria nº 2049/2015-Reitoria e suas atividades estão previstas em regulamento aprovado pelo Conselho Superior (Resolução nº 241, de 17 de dezembro de 2015). A CPA vem promovendo a evolução do processo de avaliação, com a ampliação da participação da comunidade acadêmica, o desenvolvimento dos instrumentos de avaliação e dos mecanismos de divulgação dos resultados das avaliações. Assim, com base nas orientações constantes na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014, o atual projeto de avaliação contempla o uso de instrumentos de consulta à comunidade acadêmica, considerando os cinco eixos, abrangendo as dimensões definidas pelos documentos do SINAES, facilitando o desenvolvimento do relatório de autoavaliação, disponibilizados para todos os segmentos via internet, por meio de uma plataforma eletrônica, acessado através do endereço www.avaliacao.ifpb.edu.br.

O acompanhamento contínuo destes resultados, com o objetivo de identificar as deficiências apontadas nos relatórios e verificar as ações de superação propostas e implantadas pelos cursos avaliados, é realizado por meios de formulários específicos, garantindo que os cursos se apropriem dos resultados das avaliações anteriores. Para destacar a relevância da autoavaliação na IES e garantir a participação de todos os atores envolvidos no processo de avaliação, a CPA conta com os seguintes canais de comunicação e divulgação: telefone (083 36129707), e-mail (cpa@ifpb.edu.br e avaliacao@ifpb.edu.br), página da comissão no portal da instituição (www.ifpb.edu.br/cpa), redes sociais e murais.

O processo de sensibilização compreende as ações de divulgação e orientação sobre a execução e participação de cada seguimento no processo de avaliação, com a utilização das seguintes estratégias: reuniões com dirigentes e coordenadores de curso, cartazes informativos, publicação na página e redes sociais oficiais da instituição, assim como o envio de mensagens eletrônicas. Os resultados e análises dos processos de avaliação, bem como a proposição de ações de superação são consolidados nos relatórios de autoavaliação, e após serem discutidos junto aos gestores da instituição e a comunidade acadêmica, são publicizados para todos os agentes envolvidos no processo de avaliação, assim como postados no e-MEC, em cumprimento à legislação vigente.

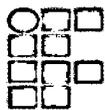
Os relatórios de interna, realizado pela CPA, e os relatórios de avaliação externa, realizados pelo SINAES, estão disponíveis através da página da comissão no portal da instituição (www.ifpb.edu.br/cpa) e no Portal da Transparência (www.ifpb.edu.br/transparencia).

6.2. Formas de Avaliação do Curso

As avaliações externas realizadas pelo MEC (avaliações de curso de graduação, ENADE, INEP e CPC), são fontes de realimentação no processo de autoavaliação do Curso.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), sua missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro. O objetivo é subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral.

A avaliação do INEP é a mais importante no âmbito nacional e o reconhecimento do curso junto ao Ministério da Educação (MEC) depende desta avaliação. Os instrumentos que subsidiam a produção de indicadores de qualidade e os processos de avaliação de cursos desenvolvidos pelo INEP são o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e as avaliações *in loco* realizadas pelas comissões de especialistas.



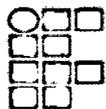
No âmbito do SINAES e da regulação dos cursos de graduação no País, prevê-se que os cursos sejam avaliados periodicamente. Assim, os cursos de educação superior passam por três tipos de avaliação: para autorização, para reconhecimento e para renovação de reconhecimento.

Para autorização: Essa avaliação é feita quando uma instituição pede autorização ao MEC para abrir um curso. Ela é feita por dois avaliadores, sorteados entre os cadastrados no Banco Nacional de Avaliadores (BASIS). Os avaliadores seguem parâmetros de um documento próprio que orienta as visitas, os instrumentos para avaliação *in loco*. São avaliadas as três dimensões do curso quanto à adequação ao projeto proposto: a organização didático-pedagógica; o corpo docente e técnico-administrativo e as instalações físicas.

Para reconhecimento: Quando a primeira turma do curso novo entra na segunda metade do curso, a instituição deve solicitar seu reconhecimento. É feita, então, uma segunda avaliação para verificar se foi cumprido o projeto apresentado para autorização. Essa avaliação também é feita segundo instrumento próprio, por comissão de dois avaliadores do BASIS, por dois dias. São avaliadas a organização didático-pedagógica, o corpo docente, discente, técnico-administrativo e as instalações físicas.

Para renovação de reconhecimento: Essa avaliação é feita de acordo com o Ciclo do SINAES, ou seja, a cada três anos. É calculado o Conceito Preliminar do Curso (CPC) e aqueles cursos que tiverem conceito preliminar 1 ou 2 serão avaliados *in loco* por dois avaliadores ao longo de dois dias. Os cursos que não fazem ENADE, obrigatoriamente terão visita *in loco* para este ato autorizado.

Quanto ao ENADE, o INEP divulga todos os anos a lista de cursos que devem participar do referido Exame anualmente, respeitando a periodicidade de três anos para a participação de cada tipo de curso. Até o presente momento, o curso de Bacharelado em Engenharia Civil só apresentou alunos no perfil de ingressantes para o exame em questão, os quais foram dispensados.

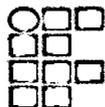


7. CERTIFICAÇÃO

A Colação de Grau é obrigatória a todos os alunos do Curso Superior de Bacharelado em Engenharia Civil e consiste em um dos requisitos finais para emissão e registro de Diploma.

A Colação de Grau será concedida apenas aos alunos que houverem integralizado todo o currículo do seu curso, conforme previsão neste Projeto Pedagógico do Curso.

As disposições sobre a Colação de Grau do Curso estão definidas na Resolução do Conselho Superior Ad Referendum Nº 31, de 21 de novembro de 2016.



8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050, 2000.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1937 Brasília. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>.

_____. Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997. Disponível em:
portal.mec.gov.br

_____. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Acessível em:
www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Acessível em:
www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004.../2005/decreto/d5626.htm

_____. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Acessível em:
www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Acessível em:
www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

_____. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br>.

_____. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br>.

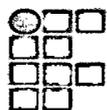
_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br>.

_____. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br>.

_____. Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica. Acessível em; portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf

_____. Portaria INEP nº 129 de 24 de junho de 2009. Acessível em:
www.site.uff.edu.br/component/option,com_docman/.../gid,2642/

_____. Resolução CNE/CES nº 11, de 11 de março de 2002. Acessível em:
portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES112002.pdf



BRESSAN, Gláucia Maria & MÓDOLO, Délson Luiz. *Motivação para o ensino de disciplinas básicas nos cursos de engenharia*. 2011. Disponível em:

<http://www.abenge.org.br/CobengeAnteriores/2011/sexoestec/art1778.pdf>

CONFEA. *Engenharia no Brasil: universidade, governo, indústria e banco*, 2012.

Acessível em:

<http://www.confea.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=16430&sid=1206>

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Acessível em: www.prograd.ufba.br/Arquivos/CPC/res012004.pdf

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CES nº 1.362, de 12 de dezembro de 2001. Acessível em: portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1362.pdf

FLEURY, A. C. C. & VARGAS, Nilton. *Organização do trabalho: uma abordagem interdisciplinar: sete estudos sobre a realidade brasileira*. São Paulo: Editora Atlas, 1983.

FLEURY, Maria T. L. *Cultura e poder nas organizações*. São Paulo: Atlas, 1996.

FONSECA, Celso Suckow. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

FONTES, R. & ARBEX, Marcelo A. *Desemprego e mercado de trabalho: ensaios teóricos e empíricos*. Viçosa: Editora UFV, 2000.

GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. *O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil*. In: Trabalho e Crítica. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

<http://www.creapb.org.br/>

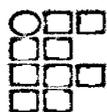
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>

IFPB. Normas de Estágio, 2009. Acessível em: www.ifpb.edu.br

_____. Regulamento Didático dos Cursos Superiores. Acessível em: www.ifpb.edu.br

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional 2010 a 2014. Acessível em: www.ifpb.edu.br

_____. Resolução nº 114-CS, de 10 de abril de 2017. Acessível em: www.ifpb.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Portaria MEC Nº 646/97 de 14 de maio de 1997. Disponível em: portal.mec.gov.br.

_____. Princípios Norteadores das Engenharias nos Institutos Federais. Acessível em: portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000013578.pdf

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO-SEESP. Construção Civil Será Destaque na Economia Brasileira em 2012. Acessível em: <http://www.seesp.org.br/site/cotidiano/1903-construcao-civil-sera-destaque-na-economia-brasileira-em-2012.html>

SOUZA, 1994. In: CREMASCO, Marco Aurélio. *A responsabilidade social na formação de engenheiros*. Disponível em http://internethos.org.br/_Uniethos/Documents/A%20Responsabilidade%20Social%20na%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20Engenheiros.pdf

THOMAZ, E. *Tecnologia, gerenciamento e qualidade na construção*. São Paulo: Editora PINI, 1ª Edição, 2ª Tiragem, 2002. Acessível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2004_Enegep0801_0179.pdf